

ANA LÚCIA MONTEIRO DE SOUSA

**A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS
RURAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE: Estudo de Caso
Sobre o Assentamento 10 de abril do Crato – Ceará.**

RECIFE-PE AGOSTO/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ASSENTAMENTOS RURAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A SUSTENTABILIDADE: Estudo de Caso Sobre o Assentamento 10 de abril do Crato - Ceará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, como exigência para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

RECIFE- PE – AGOSTO/2015

ANA LÚCIA MONTEIRO DE SOUSA

**A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM
ASSENTAMENTOS RURAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A
SUSTENTABILIDADE: Estudo de Caso Sobre o Assentamento 10 de abril o
Assentamento 10 de Abril no Município do Crato-Ceará.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, como exigência para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Irenilda de Souza Lima
Universidade Federal Rural do Pernambuco
Departamento de Educação

Banca Examinadora:

Prof^o. Doutor Paulo de Jesus
Universidade Federal Rural do Pernambuco
Departamento de Educação

Prof^a Dr.^a Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos
Universidade Federal Rural do Pernambuco
Departamento de Educação

Dedico esse trabalho a Prof.^a Dr.^a Irenilda de
Lima
por tudo que fez por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo, pela vida, família e em especial por ter me escolhido entre milhões a ter acesso ao estudo, este sem dúvida é o maior presente.

Aos meus pais Valdemiro Francisco de Sousa (*in memória*) e Terezinha Monteiro de Sousa que foram os tutores a me guiar nesta caminhada e durante a mesma me ensinaram que antes de títulos, dinheiro, é preciso ser humano, e que a caridade é a maior conquista da nossa existência.

Aos meus irmãos, dedico a vocês esta conquista.

Aos meus amigos, Wagner Rodrigues, Andressa Costa, Julliana Sarafim, Itallo Rodrigues e Raul de Sousa, Edson Ferreira, Fábio Miguel, Eraldo Oliveira, sei que tenho vocês e isso basta.

Aos meus queridos mestres do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, Paulo de Jesus, Salett Tauk, Milu e Francisco Caporal, Graça Ataíde, Aparecida Tenório.

A mestra, educadora, professora, orientadora Irenilda de Lima, agradeço por tudo e nessa existência não convivi com ninguém tão nobre de espírito e conhecimento como à senhora, obrigada.

Ao mestre Paulo de Jesus, que em sua imensa sabedoria, simplicidade e humildade nos ensina a querer ser melhor.

Aos colegas da turma Posmex 2013, Caio Meneses, Dinando Jr, Vera Lúcia, Maurício Siqueira, Silvana Luna, Aparecida, Emanuelle, Alexsandra, Elis Gusmão, Cida Ferraz, Thácyra, Tayse, Hélio Lemos, Jéfte, Daniel Ferreira, Leylane vocês são lindos.

Aos funcionários do Departamento de Educação, Jerri João de Lima, Darcy e Márcia pelo carinho, agradecer também a Shirley por ter disponibilidade e bom humor sempre.

A todos e todas aquelas que lutam por algo, mesmo que pareça surreal, distante impossível, o que seria de nós sem um sonho.

A todos os sonhadores da luta pela reforma agrária, que um dia virá, ampla e massiva, em especial aos assentados do 10 de Abril que me acolheram durante um ano, e me ensinaram a não desistir, a ter esperança de dias melhores.

Obrigada, que Deus abençoe todos do POSMEX.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a organização e o ideal de sustentabilidade na produção do Assentamento 10 de Abril no Município do Crato – Ceará, e conseqüentemente estudar a forma como esses assentados de reforma agrária estão construindo os processos organizativos indispensáveis para a vivência de práticas sociais e se apropriando da organização e da produção tendo como base os princípios da agroecologia. Buscou-se compreender também como o serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) tem contribuído com esse modelo ao longo dos anos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa identificada como estudo de caso, as informações foram colhidas através de entrevistas, visitas para observação direta. Ao final desse trabalho ficou evidenciado que os assentamentos são espaços de promoção e de inclusão de agricultores familiares no meio produtivo, processos de justiça social no campo de práticas sustentáveis através da diversidade produtiva e da organização. Verificamos que o apoio oriundo do sistema de ATER é ainda insuficiente e inadequada para a dimensão do território e para a importância da produção e cultura associada à agricultura familiar praticada no assentamento.

Palavras-chave: Reforma Agrária. ATER. Agricultores Familiares.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the organization and the ideal of sustainability in the Settlement April 10th's production in the city of Crato - Ceará, and consequently to study how these agrarian reform settlers are building the necessary organizational processes to the experience of social practices and appropriating of the organization and production based on the principles of agroecology. Sought to understand also how the TARE service (Technical Assistance and Rural Extension) has contributed to this model over the years. It is a qualitative research identified as a case study, informations were collected through interviews, visits for direct observation. At the end of this study it was evident that the settlements are spaces of promotion and inclusion of family farmers in the productive environment, social justice processes in the field of sustainable practices by the productive diversity and organization. We verified that the support coming from the TARE system is insufficient and inadequate for the size of the territory and the importance of production and culture associated with family farming practiced in the settlement.

Keywords: agrarian reform. TARE. Family farmers.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACB – Associação Cristã de Base

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CREDIAMIGO –

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Ceará

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

SEAGRI - Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POSMEEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

II-TABELAS/MAPAS

Mapa 1: Região do Cariri – Ceará

Mapa 2. Região do Cariri – Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Caminho Metodológico.....	19
1.2 Análise de Dados	21
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO E O CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	22
3. AS TENSÕES HISTÓRICAS DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	30
4. OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	37
4.1 Perfil dos Agricultores e Agricultoras Entrevistados.....	37
4.2 A Organização do Assentamento 10 de Abril no Município do Crato-CE.....	42
4.3 A Produção do Assentamento 10 de Abril.....	46
4.4 Os Caminhos da Produção Agroecológica do Assentamento 10 de Abril.....	50
4.5 A Assistência Técnica e Extensão Rural no Assentamento 10 de Abril.....	51
5. CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A.....	62

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve origem no ano de 2009, a partir do trabalho desenvolvido pela pesquisadora junto à Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos (SEAGRI) do Município do Crato, Região Sul do Ceará. Neste período, ocorreram os primeiros contatos com a Associação e as famílias do Assentamento 10 de Abril, no Município do Crato, localizado no distrito de Monte Alverne, distante 33 km do Município, o referido distrito foi criado em 1957 segundo o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), o assentamento em 1991.

Este contato foi objetivado pela necessidade da demanda apresentada pela Associação do Assentamento 10 de Abril junto à Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos (SEAGRI). A solicitação consistia em um pedido institucional de elaboração de projeto técnico para a construção de um açude de pequeno porte no Assentamento 10 de Abril, através da Prefeitura Municipal do Crato, via Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos, com intuito de atender um recurso disponível para o Assentamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual era destinado a Associação do referido Assentamento. O projeto agrônômico para construção do açude, e sua metodologia e cronograma de execução foi acompanhado por visitas ao assentamento para conhecer os assentados e definir o local que reunisse condições topográficas para execução da obra, a mesma foi executada em aproximadamente trinta dias.

No entanto, o contato e a convivência com os assentados foram instigantes e despertaram em mim o interesse em compreender como o Assentamento pode se manter aparentemente bem em sua dinâmica produtiva. Foram surgindo outros questionamentos sobre a dinâmica da organização e sustentabilidade produtiva deste Assentamento, bem como. As visitas realizadas no período de 2009 foram inicialmente direcionadas para um atendimento técnico de um projeto de engenharia, mas os contatos com as famílias assentadas continuaram ao longo dos anos seguintes e assim foram surgindo novos elementos importantes como estímulos para um projeto investigativo. Incentivados pela necessidade de compreender mais sobre a importância dos assentamentos e sua relação com a produção de alimentos e, em especial a produção de base agroecológica.

Observamos que os Assentamentos rurais são espaços coletivos de lutas, resistência e organização produtiva, como bem conceituam Bergamasco & Norder (1996). De maneira geral, “podemos entender que os assentamentos rurais podem ser definidos como novas unidades de

produção agrícola, demandantes de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. Os assentamentos também são espaços de vida das famílias assentadas, mas também espaços de direitos, tais como educação, saúde, infraestrutura, lazer e cultura.

Assim, dialogando com a teoria de Bergamasco & Norder (1996), os assentamentos possuem identidade coletiva e essas representações sociais são importantes, no fortalecimento das lutas oriundas destes agrupamentos, tendo em vista, se tratar de um novo espaço produtivo através da distribuição ou redistribuição de terra, reorganização do espaço agrário e inclusão de unidades produtivas para agricultores familiares. Os Assentamentos em sua maioria deveriam possuir traços de coletividade, do associativismo e cooperativismo, das atividades planejadas em grupo, da produção e comercialização também coletiva.

A discussão sobre reforma agrária e assentamentos rurais, ressurgiu fortemente na década de 80 com a redemocratização do Brasil, com os movimentos sociais, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Salientar, que essa discussão já existia a partir das ligas camponesas na década de 60, com a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), após o golpe militar de 1964, o governo edita novas regras para a questão fundiária através do estatuto da terra, criando por Lei nº 4.504 de 1964, em seguida cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) em substituição a SUPRA.

Com a redemocratização os movimentos sociais desde sua gênese reivindicam um maior empenho dos governos por uma ampla reforma agrária. Esses movimentos sociais e, especialmente, os que se organizaram em torno das lutas no campo foram importantes para despertar a sociedade brasileira para o grave problema social gerado pelo não acesso à terra e às condições de produção no campo.

As necessidades de políticas públicas surgem como urgentes diante de centenas de milhares dos agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra para produzir no campo. Esse grupo, sempre esteve à margem do processo produtivo no setor agrário, porque não dispõe de acesso à terra, crédito, assistência técnica entre outros apoios ao desenvolvimento da agricultura familiar. E sem o capital mais importante que é o acesso à terra, que sem a mesma não se cria meios de permanência do agricultor familiar no meio rural. Assim, a Reforma Agrária e como fruto deles, os assentamentos rurais surge como pauta das lutas dos movimentos sociais, bem como, uma alternativa para inserção do agricultor familiar na produção, seja para autoconsumo, seja para a comercialização.

Parte dessa problemática também se deve à opção política dos governos ao longo dos anos, que historicamente optou pelo agronegócio, latifúndio, o capital. Assim, cada vez mais o

agricultor familiar foi perdendo espaço no campo, no território de produção, surge assim a necessidade da luta pela reforma agrária, por espaços denominados assentamentos rurais.

De acordo com Leite (2012), o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado à ação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo “espaço” criado e, por outro às características dos processos de lutas e conquista da terra, empreendidos pelos trabalhadores rurais sem terra. Na leitura do autor, as ações governamentais são determinantes para o avanço das novas unidades produtivas no campo, através da regularização fundiária, da ampliação de políticas estruturantes no campo. Leite (2012) aborda o texto oficial do Estado brasileiro em sua definição de assentamento:

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148, Apud Leite, 2012, P. 109-110).

Diante do exposto, evidencia-se que o estado brasileiro amplia o debate sobre reforma agrária e sua importância como ferramenta de produção sustentável, da preservação e conservação dos recursos naturais através do uso racional e da transversalidade do tema relacionado ao acesso a terra. Para Leite (2012), em relação às características dos processos de luta e conquista da terra, as designações assentamento/assentado parecem estar muito mais associadas à ideia de reforma agrária do que à de colonização, visto que, o termo vem carregando, historicamente, um confronto de projetos políticos.

Deste modo, a reforma agrária não se caracteriza apenas como política de Estado, ou por vias oficiais dos governos, também é caracterizada pela luta e esforços de sujeitos individuais que no coletivo buscam organização e instrumentos legais para a conquista do acesso à terra. Os movimentos sociais legitimam essa intermediação da sociedade que demanda ações sociais em apoio ao seu desenvolvimento. Porém, quando a conquista pela terra ocorre através da luta, os camponeses precisam de ato administrativo, via Estado, para legitimar a conquista. Sendo assim, faz-se necessário a presença do estado em qualquer modelo de reforma agrária, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os modelos existentes são divididos em dois grupos.

- a) Os criados por meio de obtenção de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na forma tradicional denominados projetos de assentamentos (PAs) que incluem os ambientalmente diferenciados;

- b) Aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o acesso as políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Em ambos, os modelos adotados existem etapas e um caminho processual para que o agricultor familiar deixe de ser um acampado para se tornar assentado, que é a criação do assentamento como ponto de partida, empós, divisão de lotes, instalação das famílias e primeiros créditos.

Essas tensões, lutas, reivindicações e conflitos ocorrem numa perspectiva histórica, como afirma Welch (2012), os conflitos modernos iniciaram-se a partir do comércio do Pau-Brasil, que marcou profundamente as representações do Brasil como país pacífico. O autor faz uma reflexão acerca da gênese dessas tensões no campo e suas ramificações para explicar o conflito agrário, concluímos que antiga ou contemporaneamente a questão agrária no Brasil é marcada por lutas.

Estas constatações teóricas e de observações nas vivências com o território do assentamento trouxe como resultado alguns questionamentos sobre as dificuldades dos processos de conquista e fortalecimento da luta no campo. E entre elas estavam o seguinte questionamento que norteia esse trabalho: Como o Assentamento 10 de Abril tem trabalhado a organização e a sustentabilidade tendo a agroecologia como modo de produção?

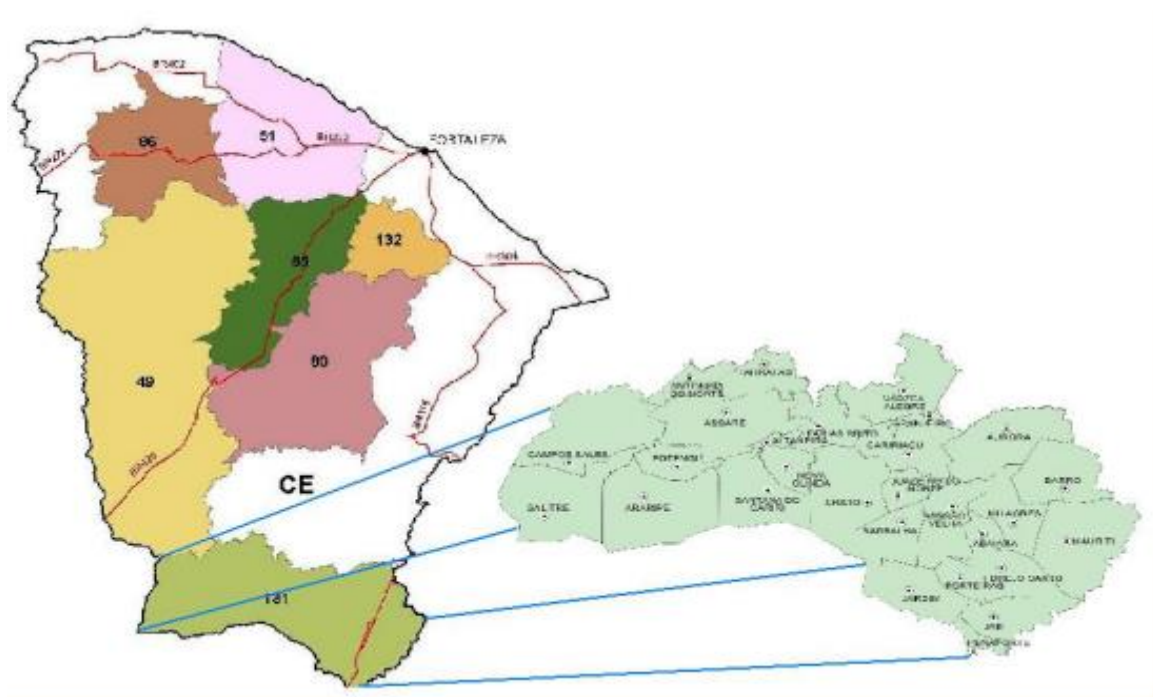
Dialogando com nosso objeto de pesquisa, podemos dizer que os conflitos agrários também estiveram presentes na Região do Cariri Cearense, especificamente no Município do Crato, que está localizado no Sul do Ceará, de acordo com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como mostra os mapas 1 e 2 a seguir, numa região composta por 28 municípios, dividido por três microterritórios, fazendo limites ao Sul, com o Estado do Pernambuco; ao Oeste, com o Estado do Piauí; a leste, o Estado da Paraíba e ao Norte, os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro, Lavras da Mangabeira e Ipaumirim. O território do Cariri dista, em média, 500 Km da capital do Estado. O acesso se dá por via terrestre, principalmente pelas rodovias CE 292, CE 386, CE 060, BR 116, BR 122 e BR 230. (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Cariri, 2010, p.19). O conhecimento territorial nesse aspecto é importante, pois vários dos assentados do nosso objeto de estudo são oriundos dos municípios vizinhos, que vislumbraram na luta pela reforma agrária uma possibilidade de serem donos de sua própria unidade de produção.

Mapa- 1 Região do Cariri Cearense: os vinte e oito municípios.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA

Mapa-2 Região do Cariri Cearense



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA

O Município do Crato, de acordo com o IPECE (2011), (Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará), está localizado na região Sul do Ceará, no sopé da Chapada do Araripe, na região do Cariri, tem coordenadas geográficas latitude (s) 7° 14' 03", longitude (WGr) 39° 24' 34", com área absoluta (km²) 1.009,20 e relativa (%) 0,68, com altitude (m) de 426,9. Tem como municípios limítrofes: ao Norte, Caririáçu, Farias Brito; ao Sul, Estado do Pernambuco e Barbalha; Leste, Barbalha, Juazeiro do Norte e Caririáçu; Oeste, Santana do Cariri, Nova Olinda e Pernambuco. O município é constituído por nove distritos, denominados Baixio das Palmeiras, Belmonte, Bela Vista, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra, Santa fé e Santa Rosa.

A caracterização climática do município é, segundo a FUNCEME/ IPECE (2011), tropical quente semiárido, tropical quente sub-úmido, com pluviosidade (mm) 1090 ano, temperatura média (°C) 24° a 26°, com período chuvoso indo de Janeiro a Maio. Seus componentes ambientais têm como formação-relevo a Chapada do Araripe e depressões sertanejas, solos aluvião, solos litólicos, latossolo vermelho-amarelo, podzólico vermelho-amarelo, terra roxa estrutura similar. Seus componentes vegetativos são compostos por carrasco, floresta caducifólia espinhosa, floresta subcaducifólia espinhosa. Tem como bacia hidrográfica o Alto Jaguaribe e Bacia do Salgado.

Em termos de população, o IBGE 2010 do (Instituto Brasileiro de Geografia e Estratégia) o Crato tem 121,428 habitantes, sendo que a população urbana é de 100.916 habitantes e a população rural é de 20.512 habitantes. Observa-se que a população rural corresponde apenas a 16,89%. A população rural tem como ocupação produtiva atividades relacionadas à agricultura e à pecuária, e, em sua maioria, as duas atividades são desenvolvidas de forma simultânea perfil da agricultura familiar. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (RAMIREZ **et al.**,2004 p.3). Neste sentido, experiências como a do assentamento 10 de abril são espaços para oportunizar a permanência da população do campo no meio rural.

No aspecto econômico, de acordo com IPECE 2011 (Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará), as principais atividades do Crato são: extração mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, sendo que o setor de serviços é responsável por 78,57% do PIB (Produto Interno Bruto), seguido pela indústria com 18,45% e, por último, agropecuária com 2,98%.

Sobre a participação do setor agropecuário no PIB local, vários assentamentos rurais do Município do Crato têm sua contribuição para a economia e o desenvolvimento local, ofertando diversidade de produtos, característicos da agricultura familiar camponesa, movimentando o comércio local, seja através de feiras de comercialização direta, seja através da inserção dos produtos nos centros de abastecimento e comercialização. Sobre a capacidade de produção da agricultura familiar camponesa e sua diversidade produtiva, Carvalho e Costa (2012) afirmam que, mesmo sendo a principal produtora de alimentos, a agricultura familiar no país enfrenta, desde o seu surgimento no período colonial até a época atual, os mais distintos tipos de empecilhos.

Nesse contexto agropecuário, temos o cenário originado pelo Programa de Reforma Agrária e neste sentido o Município do Crato possui 4 assentamentos rurais: Alegre Fruta, Jenipapo, Malhada e Assentamento 10 de Abril. Analisando esses espaços agrários, recorreremos ao que afirma Xavier (2013, p.1) ao explicitar a noção de assentamento relacionando a questões diversas e complexas, como abaixo:

Os projetos de assentamentos são modificações no espaço, a partir de um novo relacionamento entre homem e a natureza, de acordo com o modo de ocupação diferenciada dos espaços rurais. Os assentamentos consolidam a luta pela terra, uma vez que são implantados em terras ociosas ou improdutivas, modificando a realidade territorial e sua paisagem, com a criação de casas, cercas, plantações e os equipamentos coletivos, escolas, creches e posto de saúde, entre outros. A conquista dos assentamentos representa algo para além da simples concessão de terras. Os assentamentos rurais representam uma oportunidade para a reprodução de modos de vida e de produção de agricultores (XAVIER, 2013 p. 1).

Assim, os assentamentos são espaços de produção de alimentos e de outros sentidos e de produção e reprodução cultural. Traz a possibilidade de inserção do homem no campo, de consolidação da luta pela terra e das novas dinâmicas e possibilidades do espaço agrário. O assentamento é o lugar de produção e reprodução de saberes, costumes e representações sociais e culturais, do associativismo, e da construção da diversidade de um modo geral.

O assentamento 10 de Abril tem sua origem na história recente de luta dos agricultores familiares na região do Cariri, inspirados na história do Caldeirão do Beato Zé Lourenço, fato que ocorreu no mesmo espaço agrário no Crato. Como mostra Silva e Alencar (2009), os agricultores e agricultoras familiares que ocuparam o Caldeirão em 10 de Abril de 1991 reivindicavam as terras como lhes sendo de direito não somente por ser descendente direto dos antigos agricultores sem terra da época do Beato Zé Lourenço, mas, também por se identificarem com a luta por terra e por serem agricultores que haviam sido expropriados dos seus lugares de origem e que desejavam retornar o trabalho com a terra.

O processo organizativo é aqui descrito à luz da prática e da teoria existente sobre associativismo, das experiências de tomada de decisões, construídas a partir do coletivo. Assim, Sabourin (2009) afirma que, a comunidade rural pode ser caracterizada pela existência de uma área ou um território, um sentimento de pertencimento e um sistema de instituições sociais que organizam a vida local.

Ao longo desses anos, é possível que as 56 famílias que permaneceram no assentamento 10 de Abril tenham obtido avanços, no sentido de conquistas sociais importantes reconhecendo, no entanto, que essas conquistas foram resultantes de processos de participação, reivindicação, trabalho em grupos organizados na busca de melhorias. Estas conquistas importantes vieram com a necessidade de um novo modo de perceber o desenvolvimento, necessidade de práticas mais sustentáveis e na transição agroecológica.

Neste sentido fizemos o questionamento para sabermos de que forma os princípios de sustentabilidade, oriundos da base teórica da agroecologia, tem sido considerada na organização para a produção. Tal questionamento se deu a partir do questionamento do Caporal e Costabeber (2007), a produção agrícola somente pode sustenta-se a longo prazo se não degrada a terra e a água que a sustenta, o que exigiria uma nova intervenção governamental que, através de políticas específicas, permitiria a proteção dos recursos de base. Os questionamentos sobre sustentabilidade vieram acompanhados de outras problematizações relativas, a saber, de que forma esses assentados são assistidos por programas de assistência técnica e extensão rural.

Este trabalho trata de analisar alguns aspectos do tipo de gestão vivenciada por agricultores e agricultoras no Assentamento 10 de Abril, no Município do Crato- Ceará. Nele, pretendemos compreender de que forma essa organização é condição para a produção sustentável e gestão da produção.

A importância da pesquisa e sua relevância é trazer a discussão da organização produtiva baseado nos princípios da sustentabilidade a partir da agroecologia, como elementos teóricos importantes para a promoção do desenvolvimento local, com foco nos objetivos do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local- POSMEX e nas suas linhas de pesquisas.

Também contribuir e fomentar as discussões acerca da importância dos assentamentos rurais e seus grupos produtivos a partir da agroecologia, e sua relevância na Extensão Rural para esse segmento produtivo. Além do desejo de externalizar como caminha este assentamento no âmbito local.

Nesse contexto, buscamos responder a seguinte reflexão: Como o Assentamento 10 de Abril tem trabalhado a organização e um o ideal de sustentabilidade?

O objetivo geral do trabalho é analisar a organização e a sustentabilidade no assentamento 10 de Abril no Município do Crato- Ceará.

Os objetivos específicos são;

a) Identificar os elementos da organização no assentamento 10 de Abril por grupos e de forma individual;

b) Identificar os elementos de sustentabilidade considerando o meio ambiente como fator de produção a partir dos princípios da agroecologia.

c) Analisar se e de que forma a assistência técnica e extensão rural tem contribuído para a organização produtiva com ênfase na sustentabilidade do assentamento.

1.1. Caminho Metodológico

Para atender os objetivos desta pesquisa utilizamos a entrevista, análise documental e observação direta. A motivação para a escolha deste assentamento se deu pelo fato de buscar conhecer as experiências vivenciadas pelos assentados sobre organização da produção e sustentabilidade em assentamentos de reforma agrária.

O trabalho desenvolvido aqui trata-se de um estudo de caso, que para Gil (2010), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. Já Minayo (1999) cita, que na abordagem qualitativa não podemos pretender encontrar a verdade com o que é certo ou errado, ou seja, devemos ter como primeira preocupação à compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Já Laville e Dionne (1999) a vantagem do estudo de caso é que ao longo da pesquisa, o pesquisador pode, pois, mostrar-se mais criativo, mais imaginativo.

Com objetivo de permitir esse maior conhecimento, na entrevista aplicada foi indagado aos entrevistados temas como importância do assentamento, a leitura dos assentados sobre o papel da organização social do mesmo, quais aspectos da coletividade pode-se considerar de maior relevância, as mudanças ocorridas após a chegada ao assentamento, dentre outras.

Contudo, as organizações e o trabalho em grupo é externalizado quando seus sujeitos sociais compreendem sua importância individual e na coletividade. E nesta compreensão o grupo de agricultores e agricultoras familiares no Assentamento 10 de Abril no Crato- Ceará

foi usado como método de levantamento de dados a observação *in loco*, bem como entrevistas, também fizeram parte também do processo de campo gravar as falas dos assentados para facilitar o trabalho escrito.

Para Marconi e Lakatos (2008), entrevista é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se realiza de acordo com um formulário e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

O assentamento é constituído por 56 famílias, optamos por retirar uma amostra do todo, reduzindo para 10 (dez) o número de entrevistados. Destes 10, dividimos em 3 grupos, compostos por 05 mulheres e 05 homens.

O critério de escolha dos entrevistados levou em consideração a vivência deles no assentamento. Todos participam das atividades coletivas e individuais do assentamento 10 de Abril, dessa forma vamos observar se esse coletivo fortalece o conceito de organização e sustentabilidade trabalhado no decorrer da pesquisa, e de qual quadro social organizativo fazem parte, se é cooperativa, associação comunitária, do sindicato dos trabalhadores rurais, e ou partidos políticos.

Esta dissertação tem o arcabouço teórico distribuído ao longo dos capítulos e para diálogo utilizamos a seguinte base teórica com os resultados dos processos investigativos.

No capítulo I apresentamos considerações sobre o espaço agrário e o contexto da reforma agrária no Brasil, dialogando com autores como João Pedro Stedile, Cai Prado Junior, Márcia Motta e Paulo Zarth, José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Sérgio Sauer, Marcos Rogério de Souza.

No capítulo II abordamos as tensões históricas da luta pela reforma agrária e o assentamento 10 de abril, abordando autores como Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Cicero Erivaldo de Lima, Judson Jorge da Silva.

Capítulo III analisa, os caminhos da produção, organização e sustentabilidade no Assentamento 10 de Abril, usando no referencial teórico autores como, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Marília Campos, Denys Dozsa, Tauk Santos, Irenilda de Souza Lima e Alexandre Henrique Bezerra Pires, Delma Pessanha Neves, Sérgio Leite, Miguel Altieri, Francisco Roberto Caporal, Maristela Simões, Mauro Sérgio Vianello pinto, Valéria Comitre.

Por fim, a conclusão, onde fazemos um balanço da caminhada na pesquisa e nossa visão do contexto estudado.

Foram entrevistados 10 agricultores e agricultoras familiares, mulheres, jovens de ambos os sexos e homens de diferentes faixas etárias. Com base nas entrevistas procurou-se

responder ao problema e objetivos propostos na pesquisa que norteou o projeto inicial. Para reproduzir as falas dos entrevistados e manter o anonimato dos mesmos, optamos em classificar em entrevistados 1 e a 10 respectivamente, também foram consultados sobre o uso dos depoimentos neste trabalho.

O trabalho em questão denominado dossiê é parte de projeto de pesquisa do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, que contempla a Extensão Rural, que no decorrer surgiram temas como questão agrária, sustentabilidade através da agroecologia e organização. Em seguida foram analisadas as entrevistas dos agricultores e agricultoras familiares sobre a importância do assentamento, da organização e da sustentabilidade tendo a agroecologia como modo de produção. Por fim, a reflexão dos dados com a base teórica da pesquisa.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO E O CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Nesse capítulo buscamos refletir sobre a questão agrária no Brasil e seus desafios ao longo dos anos, com intuito de melhor compreender grupos de agricultores e agricultoras familiares sem-terra ou com pouca terra, como o grupo trabalhado nessa pesquisa.

Inicialmente torna-se importante compreender o termo questão agrária e partindo do pensamento de Stedile (2012, p. 639) que pode ser compreendido como:

Uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país (STEDILE, 2012, p. 639).

Na abordagem Stedile (2012) afirma que, a origem da expressão vem dos primeiros estudiosos que, a partir do século XVIII analisaram o desenvolvimento e o modo de produção capitalista, ficando conhecidos como pensadores clássicos. Para eles, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia a terra foi concentrada na mão de poucos. Ainda no conceito da questão agrária vemos:

O conjunto das inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu termo, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/ prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2006, p. 78).

Para Stedile (2012), o mesmo modelo dominante que ocorre na indústria e no comércio passa a ocorrer também na propriedade da terra, pela tendência lógica do capitalismo a ir produzindo concentração bem como o uso da posse da terra como meio de apropriação dos meios de produção. O Pensamento de Stedile dialoga com Szmrecsanyi (2005) quando afirma, que a questão agrária no Brasil apesar de parecer nova é algo bastante antigo, não passando no fundo de uma aliança, em parte talvez renovada, entre o velho latifúndio nacional, as trading companies estrangeiras e o capital financeiro internacional.

No Brasil esse foi o modelo adotado no período colonial, e vem desde a colonização e ocupação efetiva do Brasil pelos portugueses até os dias atuais. Verificamos o modelo desigual de uso e ocupação das terras ao longo desses mais de quinhentos anos. Prevalece o modelo hegemônico que privilegia as elites fundiárias e que desencadeou o modelo excludente de

povoamento e ocupação do espaço agrário brasileiro.

Esse modelo desencadeado sempre foi a opção política dos segmentos dominantes e das políticas governamentais. Além de Stedile e nessa perspectiva, JUNIOR (1987, p. 32-33) cita como iniciou o modelo fundiário presente no Brasil na sua gênese até a contemporaneidade:

O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava, como vimos, o de dispor das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina esse tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente prestava, economicamente, as grandes plantações (JUNIOR, 1987, p. 32-33).

O início desse modelo excludente teve sua origem na Lei das Sesmarias, assim, surgem as primeiras tensões dos conflitos agrários no Brasil, para Ramalho (1998), tendo os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os. Assim, iniciou os processos de exclusão baseados no mais forte, na apropriação indevida das terras indígenas, na violência e escravidão daqueles que aqui habitavam. Assim, Motta e Zarth afirmam (2008, p.18):

Assim, neste sentido, é preciso reconhecer que a construção de determinada visão o passado rural implica não somente lembrar como também esquecer. Em um país como o Brasil, que ostenta o título de reter uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, talvez não tenha sido gratuito o projeto de fazer esquecer os embates sobre o direito à terra e concepções de justiça que questionaram individualmente ou em ações coletivas o poder presumivelmente incontestado dos grandes proprietários.

Tratando da colonização e ocupação efetiva do espaço agrário brasileiro Junior (1987, p.32-33) observa:

O modelo de agricultura desenvolvido no período da colonização foi baseado em grandes áreas de plantio, monocultura para atender a demanda de exportação, tais como cana-de-açúcar, café, tabaco e consequente a ocupação efetiva do Brasil associada ao grande latifúndio, a monocultura e exclusão da diversidade produtiva.

Dessa forma, esse modelo perpetuou-se ao longo dos anos, aos moldes feudais, o Brasil se caracterizou como um dos países com maior concentração fundiária e de renda do mundo, como afirma Stedile, à medida que avança o capitalismo, avança a concentração de terra e renda, pois ambas estão intimamente associadas.

Já em Martins (2004), encontramos aqui o grande capital que se tornou proprietário de

terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste (MARTINS, 2004 p. 90).

E é evidente que a sociedade perdeu oportunidades de mediar, de resolver a questão agrária, para Martins (2004), existe um controle da luta que reivindicam a reforma agrária nos diferentes níveis do sistema econômico. Sobre esse controle Stedile (2012), afirma que à medida que esse modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários capitalistas.

Assim, as relações entre o capital e a propriedade sempre caminharam juntas, acompanharam as revoluções burguesas como instrumento do capital e com condescendência do estado burguês. Assim, para Stedile (2012), ao concentrar a propriedade da terra e manter os camponeses sem terra, esse modelo freava o desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas.

De acordo com Stedile (2012), cada sociedade precisa estudar a questão agrária de modo diferente e em horizontes de tempos distintos, pois cada sociedade e cada período consistem em problemas agrários diferentes. Assim, podemos dizer que o modelo adotado no Brasil foi o *plantation*, ou seja, distribuição de grandes extensões de terra, perfil bem característico do período de ocupação do Brasil Colônia e já nessa época do Brasil Colônia ocorreu os primeiros conflitos daqueles que aqui habitavam e os recém-chegados forasteiros.

Assim, a questão agrária passe por vários movimentos importantes, em períodos distintos, porém relevantes para a reflexão agrária no Brasil, nesse contexto podemos citar o movimento quilombola, indígenas, o cangaço no sertão nordestino, os movimentos messiânicos em diversas regiões, mais recente as ligas camponesas e posterior o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Assim, o processo histórico pode-se resumir a expansão do capitalismo que tem origem de 1850 com a promulgação da Lei das Terras, que permanece em vigor, citamos que foi início pois limitou o acesso a terra a quem tinha capital inicial, nesse momento a exclusão dos menos afortunados, excluindo aqueles que não possuía recursos. Porém nosso trabalho vai refletir períodos mais recentes do setor agrário brasileiro.

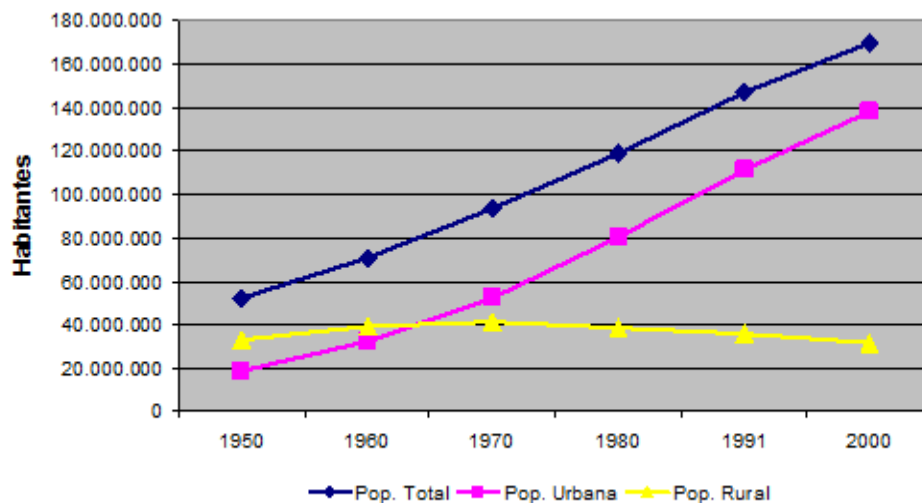
Com a expansão do capitalismo industrial no mundo e também no Brasil a partir do Governo de Vargas, esse perfil de uma agricultura moderna, industrializada e dependente cada vez mais da indústria, ganha força no País.

Para Silva (1981), essa reflexão configura uma nova forma de avanço do capital no campo:

À medida que avançasse a industrialização do país, teria que: a) aumentar a produção, para fornecer às indústrias nascentes matérias-primas, e às pessoas das cidades os alimentos; b) liberar a mão-de-obra necessária para o processo de industrialização; Se a produção agrícola não crescesse no ritmo, necessário configurar-se-ia então uma crise agrícola: faltariam alimentos e/ou matérias-primas, o que inviabilizaria a continuidade do processo de industrialização. Por outro lado, se a agricultura liberasse muita ou pouca mão-de-obra em função das quantidades exigidas para a expansão industrial, configurar-se-ia uma crise agrária traduzida por uma urbanização exagerada ou deficiente (SILVA, 1981 p. 5).

Essa nova fase da agricultura brasileira vai empurrando, centenas de milhares de agricultores familiares do campo para cidade, e também perdendo seus espaços produtivos com avanço da industrialização no campo, colocando esses agricultores em trabalhadores assalariados do subemprego e tensionando os conflitos com segmentos produtivos do setor agrícola. Assim, um país que era predominantemente agrícola na década de 1950, sofre com a intensa emigração do campo para a cidade, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01: Fonte IBGE



Dados: IBGE - Orig.: Eduardo Paolino Girardi

Sobre essa intensa emigração, o setor rural sofreu um esvaziamento ao longo dessas décadas como mostra o gráfico supracitado, com ausência do Estado através de políticas estruturantes direcionadas para agricultura familiar, opção de estudo desse trabalho, e a mercê

do capital industrial cada vez mais agressivo no avanço nas regiões mais longínquas. Os agricultores familiares acompanharam a chegada da grande propriedade, com a monocultura para exportação, uso de maquinário e insumos originário da indústria e com o pacote tecnológico para atender o capital agrário dominante. Assim, para Silva (1981):

A agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira "industrialização da agricultura, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial (SILVA, 1981 p. 12).

Assim, cada vez mais a produção do agricultor familiar foi perdendo espaço para as fronteiras agrícolas de produção em larga escala, tornado esses trabalhadores em mão-de-obra barata da empresa agrícola capitalista, e na maioria das vezes sazonal, pela não existência da diversidade produtiva nesse modelo.

Silva (1981) afirma que, com essas novas fronteiras agrícolas, as taxas referentes às grandes propriedades crescem de maneira exorbitante, em detrimento a pequena, logo surge uma massa oriunda da agricultura sem espaço para produzir no campo. A dinâmica, a expansão dos grandes latifúndios ocorrido a partir de 1950 no Brasil vai empurrando o agricultor familiar à margem, contribuindo cada vez mais para o aparecimento de um segmento paupérrimo no campo e na cidade.

Acompanhando essa dinâmica no Brasil a partir da década de 1950, com as cidades cada vez mais populosas e sem autossuficiência produtiva, coube as grandes empresas agrícolas inaugurarem uma nova metodologia de produção, a especialização. Nesse momento, inicia uma nova fase da exclusão do agricultor familiar, aquele que permaneceu no campo, ficou excluído pela falta de qualificação para manipular o maquinário cada vez mais tecnológico. Seria a industrialização da agricultura? Sim, tendo seu curso natural os caminhos percorridos pelo capitalismo em suas nuances. Nesse sentido, Silva (1981) cita:

Por isso é que não foi fundamental para a ampliação do mercado para a indústria brasileira o aumento do poder aquisitivo das "massas rurais", pois essa ampliação não depende exclusivamente (nem principalmente) do poder aquisitivo da população. Ao contrário, a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis "bóias-frias" (SILVA, 1981, p. 160).

Para Martins (2004), aqui o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região

canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste.

Assim, vai surgindo no Brasil, conduzido pelo avanço do capital no campo com a transformação dos proprietários de terras em empresários capitalistas, um exército de agricultores familiares sem espaço em todos os segmentos, sem a posse da terra para produzir, sem qualificação escolar para ser proletário da indústria na cidade e sem ter qualificação para o manuseio dos novos equipamentos agrícolas financiado pelo capital com incentivo do Estado.

Esse avanço crescente do capitalismo no campo e um parcial esgotamento do sistema, a partir da década de 1980, são determinantes para uma nova reflexão e mesmo para uma transição. INCRA (2005) (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o fim do regime militar abre-se uma nova temporada de oxigenação às forças sociais submetidas duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura.

Assim, com a abertura política surge uma ampla mobilização e articulação dos movimentos sociais, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), oriunda das ligas camponesas na década de 60, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) na década de 70, com apoio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Além do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) já na nos anos 80, surge o debate para o “Fórum Nacional Pela Reforma Agrária”¹.

Consideramos esse um período de transição político e constitucional, apesar de olhar pelo retrovisor e observar que o ciclo da modernização agrícola iniciada lá em 1960 a 1981, pode-se dizer que não houve mudança significativa na estrutura agrária brasileira. Mesmo com uma intensa recessão interna, no Brasil a partir dos anos 80 começou a buscar saídas na exportação para superar a crise.

Assim, repete-se a antiga receita de Governos, optar por novas fronteiras agrícolas na Região Centro-Oeste e Norte e buscar, mais uma vez, a produção da monocultura para exportação em larga escala, tentando atender o saldo da balança comercial em detrimento do antigo problema que permanecia, a não distribuição de terra para quem desejava produzir.

Antigos problemas, novas receitas. E assim, surge à política neoliberal que atinge todos os segmentos produtivos da sociedade, incluindo a terra. Mesmo assim, não existiu por conta do Estado uma preocupação em incorporar essas terras para fins de reforma agrária, mesmo com sua desvalorização.

¹ FNRA. Fórum Nacional Pela Reforma Agrária. Ocorreu em 1984 e foi norte para o Plano Nacional de Reforma Agrária.

O que se viu na política neoliberal foi o abandono de mais de um milhão de unidades produtivas da agricultura familiar, de acordo com o censo agropecuário de 1996.

Porém, é exatamente nesse contexto dos anos 90 que os movimentos sociais intensificam suas ações de manifestações e lutas pela conquista da terra. Como mostra Sauer (2012):

As ocupações de terra se ampliaram, e no início da década de 1990, o governo federal regulamenta os artigos da constituição, promulgando a “Lei da reforma agrária” (lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993). As mobilizações em defesa da Reforma Agrária resultaram, em meados dos anos 1990, na articulação do FNRA, dando seguimento às ações e articulações da campanha nacional pela Reforma Agrária (SAUER, 2012 p. 106).

O que se presenciou no Brasil foi uma crise profunda nos setores produtivos, a fuga do capital e o governo recorrendo ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e uma nova roupagem do agronegócio iniciado nos anos 1960 com aumento de financiamentos para o setor. Vista a margem à agricultura familiar camponesa não se integra ao agronegócio, ficando mais uma vez a mercê das políticas governamentais, sendo que o crescimento das receitas do agronegócio não puxa simultaneamente a agricultura familiar junto, porque são formas de aproveitamento do uso do solo diferente. Coube aos movimentos sociais enxergar essa política excludente e intensificar as reivindicações aumentando as tensões no campo nesse período.

Na década de 1990 diante das pressões, o governo assentou milhares de famílias, porém, o conflito está distante de se resolver por não ser compreendido por ambos os lados como cita Martins (2004):

Convém não esquecer de que sendo a questão agrária mais do que uma questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como frequentemente se supõe (MARTINS, 2004 p. 92).

Assim, compreende-se que o Estado trata a questão agrária apenas como políticas conjunturais conforme o poder de mobilização dos movimentos, fato é que a maior parte dos financiamentos para a agricultura é destinado ao segmento do agronegócio. Mantendo assim, a estrutura fundiária que sempre esteve presente no Brasil ao longo da sua história.

Para Sauer (2008), existe uma exaltação de sucesso em relação ao agronegócio e sua contribuição com a balança comercial, exposição dos movimentos sociais e os embates travados pelos mesmos na luta pela terra cria um cenário negativo para a solução do problema.

Hoje, a questão agrária permanece ainda pouco alterada no sentido prático, ainda falta política pública mais efetiva, tendo em vista que de acordo com IBGE (2006) (ocupa apenas 24, 3% da área rural, sem contar com a mesma concentração de terra de 20 anos atrás, ausência de assistência técnica efetiva para os agricultores familiares, ausência de uma ampla e massiva reforma agrária com políticas estruturantes.

Sem pretensão de esgotar o assunto nesse primeiro capítulo, resgatamos numa abordagem panorâmica alguns aspectos da questão agrária, espaço agrário e alguns aspectos do contexto da reforma agrária no Brasil.

3. AS TENSÕES HISTÓRICAS DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

As tensões sempre estiveram presentes desde a chegada dos portugueses com os conflitos pela exploração do Pau-Brasil. Inicia-se uma longa história de embates no campo, pela concentração de terras e através dela, dos meios de produção e apropriação do capital. Consequentemente os agricultores e agricultoras acabam sendo expulsos da terra pelo avanço do latifúndio, do capital. Analisando as tensões e conflitos entre os agricultores (as) familiares sem-terra e o latifúndio, Fernandes (1999, p.1):

Desde das lutas messiânicas ao cangaço. Desde das ligas camponesas ao Movimento dos Sem Terra (MST), a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitânicas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária (FERNANDES, 1999, p. 1).

Ao longo da história, “tendo origem na série de *sesmarias* implantado na colônia” para (Welch 2012, p.142) esse modelo precisa ser examinado com maior reflexão, pois permanece influenciando os conflitos no campo até o presente com lutas pela terra, pela reforma agrária como, Zumbi e a resistência de Quilombo dos Palmares, Canudos, Caldeirão do Beato Zé Lourenço, as ligas camponesas de Francisco Julião e outros movimentos ao longo dos anos que antecederam o atual momento da luta pela reforma agrária no Brasil.

Para Welch (2012):

As histórias das lutas camponesas lembradas em cartilhas ou recriadas em místicas fortalecem o movimento camponês, dando sentido e fundamento aos conflitos contemporâneos. Eles não são conflitos isolados, mas parte de um fio histórico. A luta de hoje faz parte de uma luta contínua e permanente que precisa de seus soldados tanto quanto as lutas do passado (WELCH, 2012 p.147).

De acordo com Sauer (2008, 53-54) a causa geradora da violência e dos conflitos agrários e que justifica a própria existência dos movimentos sociais no campo permanece, ou seja, a injusta e desigual distribuição da posse e da propriedade da terra no Brasil. Sauer (2008), afirma ainda, que a sociedade brasileira é profundamente marcada pelo autoritarismo, pela não aceitação das perdas de privilégios, e por não assimilar a inversão social histórica.

Assim, Welch (2012) diz, para a CPT (Comissão Pastoral da Terra), os conflitos no campo têm aumentando anualmente, de 625 em 2001 para 853 em 2010. Com aumento do

trabalho escravo, bem como aumento do número de mortes oriundos dos conflitos originários do modelo agrícola adotado no país, agronegócio, latifúndio.

No Brasil, a sociedade opera por exclusão e qualquer levante sobre isso é um campo minado para os setores mais conservadores. E os movimentos sociais agrários podem, parcialmente, explicar as constantes reações de oposição ou associações entre as ações destes e a promoção dos conflitos, Sauer (2008).

Martins afirma que:

No Brasil, não raro, durante quase um século os conflitos agrários se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional ancorado no aparelho do estado. Portanto, os conflitos agrários se torna uma questão religiosa, que se torna questão política, que se questão policial, que se torna questão militar como aconteceu em Canudos, Caldeirão (MARTINS, 2004 p. 89).

Assim, como citado acima, esses conflitos ocorreram em vários outros espaços de lutas pela terra no campo e na cidade. Porém, as oligarquias urbanas e rurais, em especial a ligada ao agronegócio prega o fim da reforma agrária e da luta pela terra, Welch (2012). Nesse contexto, os movimentos sociais defendem uma reforma agrária clássica com eliminação do latifúndio da realidade agrária brasileira.

No estado do Ceará, esses conflitos estiveram sempre presentes em outros momentos, como nas mobilizações dos movimentos sociais, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) através do grito da terra Brasil, marcha das margaridas dentre outros. As organizações de agricultores e agricultoras familiares tem como instrumento de mobilização o seu documento base que orienta as ações coletivas de reivindicações.

Porém, o Congresso Nacional do MST (2014), (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), em seu documento base, conclui que reforma agrária clássica, também influenciada pela burguesia não lhes serve, pois apenas atende o interesse da classe. Tendo como norte a partir de então uma reforma agrária popular, que busque novas formas de uso dos bens da natureza sem exauri-la e que paute a complexidade. Porém, diante das reivindicações temos.

Nessa perspectiva, as reivindicações dos agricultores familiares pela terra não se tornam simplesmente uma questão isolada, mas sim uma luta de um segmento forte que precisa ser ponderada, pois o direito à terra representa parte das condições de produzir alimentos para milhares de famílias no campo e na cidade. Todas as outras conquistas se somam à garantia da terra para as necessidades primárias (LIMA, 2011 p.12.).

Não fosse pela agressão, pela acumulação primitiva da terra e pela exploração do trabalho, os agricultores (as) não teriam motivos para se engajarem nos conflitos, segundo Welch (2012).

No estudo em questão, o cenário da pesquisa é o assentamento 10 de Abril no Município do Crato – CE, nesse espaço territorial, encontramos um texto importante de Lima (2011) que escreveu sobre o Pronaf e o Assentamento 10 de Abril, a partir deste texto, foi possível verificar que esse universo de lutas, ocupações e resistências pela reforma agrária está associada ao caso do Caldeirão do Beato Zé Lourenço, pois, está intimamente relacionado com a questão agrária e fundiária do país, com luta pela reforma agrária, e especialmente, com o nosso objeto de pesquisa, ou seja, o assentamento 10 de Abril.

O assentamento 10 de Abril tem sua história inicial sedimentada na origem do Caldeirão do Deserto, ou Caldeirão do Beato Zé Lourenço, localizado no Município do Crato-Ceará, se destacou na questão agrária pela resistência de seu povo contra as oligarquias locais.

Assim como no Brasil, o Ceará também apresenta um modelo de concentração fundiária excludente e agressiva, em especial na Região do Cariri que por muito tempo foi um polo canavieiro da grande propriedade. Nessa região, poucas famílias detém a posse da terra, ficando centenas de milhares de agricultores familiares perambulando pelos grandes latifúndios, vivendo em condições precárias.

O Beato Zé Lourenço, paraibano, retirante, se enquadra no perfil do agricultor (a) familiar que perdeu ou nunca teve espaço para produzir seu sustento. Na esperança e na fé no *Padim Ciço* chega ao Juazeiro do Norte nos meados dos anos 20, com seus familiares em busca de terra para trabalhar e com objetivo de assentar sua moradia entorno do Santo Padre. Desejo de centenas de milhares de nordestinos. O Santo Padre o alojou em uma antiga pertencente a ele na fazenda na Baixa Danta, distrito de Crato, Ceará. Posterior no território que hoje conhecemos como Caldeirão do Beato, ou Caldeirão da Santa Cruz do Deserto:

Silva (2009), afirma que:

A história do caldeirão se inicia em meados de 1926, quando na comunidade do caldeirão, localizado no município do Crato, região sul do Ceará, se estabeleceram camponeses em terras que foram confiadas pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, líder religioso e comunitário, um dos responsáveis pela criação da comunidade que prosperou em função do seu modo de trabalho em que se contrapunha ao modo de trabalho individual e ao coronelismo nordestino (SILVA, 2009, P. 129).

Após a morte do Padre Cícero, as terras ocupadas pelo Beato e seu povo em uma comunidade de aproximadamente 1.700 agricultores, foram doadas em testamento para a Congregação Salesiana, porém, o modelo de organização do caldeirão incomodava a elite da região por perder mão de obra, que recebia cada vez mais famílias nas terras do Caldeirão como mostra Lima (2011):

Os meios determinados para a vida no Caldeirão fizeram surgir adversários para a comunidade. No princípio foram os grandes proprietários da região, que estavam encontrando dificuldades para a contratação de mão-de-obra, resultado da quantidade de camponeses que abandonaram a vida de moradores, sujeitos aos domínios dos grandes proprietários para viver no Caldeirão (2011, p.65).

Dessa forma, a elite local incluindo a Diocese resolveram expulsar os agricultores daquela terra de forma brutal pelas forças policiais do Estado. Os que conseguiram fugir, refugiaram-se nas matas buscando outros lugares para residir. Era inadmissível para a elite fundiária uma comunidade comunista na cidade.

Lima (2011) descreve:

Logo no início da chegada do Beato José Lourenço, a área não dispunha de estrutura produtiva. As práticas no manejo da terra, adquiridas com o grupo no Sítio Baixa Dantas, favoreceram a rápida produtividade daquelas terras áridas de tabuleiros. O trabalho coletivo desenvolvido e a partilha da produção garantiram a sobrevivência e a autossustentabilidade da comunidade (LIMA, 2011 p. 64).

Todo seu contexto histórico, econômico e social serve de inspiração para agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra, que sonha com o acesso aos meios de produção.

O Beato conseguiu aglutinar no Caldeirão mais de 1.700 famílias oriundas de várias regiões do nordeste brasileiro, todos eles agricultores marginalizados, sem terra para produzir, vítimas do modelo excludente do setor agrário brasileiro.

A liderança do Beato, homem negro, descendente de escravos, religioso, aliado a habilidade de conduzir o trabalho coletivo de forma ordeira, conseguiu em um curto espaço de tempo tornar o caldeirão autossuficiente na produção de alimentos. De acordo com Silva (2009) esses são alguns dos indícios concretos de que os trabalhos realizados em regimes coletivos e organizados podem fazer a diferença entre o desenvolvimento de uma comunidade de agricultores e por outro lado, mostra que a carência desse procedimento pode levar a estagnação.

A comunidade durou 10 anos, e era praticamente autossustentável em todos os processos produtivos, incluindo vestimentas, conseguia também, passar por todos os períodos de estiagem com fartura. Silva (2009) a igualdade social e econômica praticada no caldeirão chamou atenção de inúmeros agricultores que se refugiavam, deixando para trás as condições de expropriação e subordinação às quais eram submetidos nos latifúndios da região.

Fernandes (1999), no tocante a organização desse modelo;

A forma de organização desses movimentos e os espaços políticos da revolta camponesa era consequências do cerco à terra e à vida. Embora essas lutas fossem localizadas, aconteciam em quase todo o território brasileiro e representaram uma importante força política que desafiava e contestava incessantemente a ordem instituída (FERNANDES, 1999, p. 3).

O Caldeirão do Beato Zé Lourenço e seu “modo de organização e produção” passou a incomodar e não ser mais aceita, surgiu as primeiras perseguições a comunidade, tendo os mesmos que pagarem para permanecerem na terra, a insatisfação era especificamente da elite fundiária do Crato, associada a Diocese local.

Em 1936 houve uma ordem de reintegração de posse da propriedade para a igreja Católica, apesar da manifestação do Beato Zé Lourenço no desejo de compra-la. Aliados ao coronelismo local, a Igreja Católica e os políticos incluindo o Governo do Estado, decidiram eliminar a comunidade através de força militar. Em maio de 1936 ocorre um ataque por terra, pondo fim ao sonho de centenas de famílias que ali residiam.

Mortos, presos ou refugiados na floresta, assim ficaram os habitantes da comunidade do Caldeirão após o ataque. Para Lima (2009), a comunidade do caldeirão seria um risco até para o desenvolvimento do Juazeiro do Norte, pois após a morte do Padre Cícero, muitos romeiros desviaram o curso, indo para o Cadeirão conhecer o Beato e sua comunidade.

A história do Caldeirão do Beato Zé Lourenço, sempre esteve presente no imaginário de cada agricultor familiar do Ceará, especificamente do Cariri Cearense, e manter a história é sonhar em revivê-la, recriá-la. E assim os movimentos sociais do campo e da cidade o fizeram, com intuito de reconquistar a terra que, outrora, teria pertencido à comunidade de Caldeirão.

Como também aproveitado a efervescência dos movimentos sociais do campo e cidade no país na década de 90, de forma planejada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1991 famílias de vários municípios cearenses voltam a ocupar as terras do antigo caldeirão.

Foram 96 famílias, lideradas pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Associação Cristã de Base,

Cáritas Diocesana e Federação dos Trabalhadores na Agricultura, aproveitando o grande momento vivenciado pelos movimentos sociais, planejaram uma nova ocupação do antigo Caldeirão. Para eles, aquelas terras por direito pertenciam aos agricultores, em especial aos descendentes dos moradores do antigo caldeirão.

Para Sauer (2008, p. 54), os movimentos sociais são vítimas e não responsáveis pela violência no campo. No Brasil a mudança de governos altera o tratamento conferido aos movimentos agrários e à violência, todavia a solução de ambas passa pela realização da reforma agrária.

Apesar dessa afirmação de Sauer, a elite local, contratou parte da imprensa falada e escrita para descaracterizar a ocupação, para marginalizar os agricultores, já marginalizados por serem excluídos de todos os processos produtivos.

Ainda sobre a visão dos conflitos envolvendo a luta por terra Sauer e Souza afirma que (2008):

Fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma estreita ligação entre o conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores da violência. Completamente, influenciado por um discurso modernizador do agronegócio, a violência é associada a nichos não modernos ou atrasados do campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário (SAUER E SOUZA, 2008 p. 51).

A planejada a ocupação das terras do antigo Caldeirão ocorreu em 10 de Abril de 1991 com acampamento de 96 (noventa e seis de famílias) apoiadas pelos movimentos acima citados. Todos sem-terra da Região do Cariri, em busca do sonho se produzir para viver.

A reocupação tinha dois objetivos primordiais, criar um fato político para a problemática da reforma agrária na região do Cariri e outro era chamar atenção da população local para a situação das famílias de agricultores familiares sem-terra em toda a região, que não difere do restante do Brasil. Além disso, também buscavam fazer oposição a conjuntura política neoliberal, adotada pelo governo federal naquele momento, com a valorização do agronegócio em detrimento a agricultura familiar sem-terra ou com pouca terra.

Mais uma vez, a história se repete, a justiça emite a reintegração de posse da terra, e as famílias são obrigadas a deixar o Caldeirão. Porém, com articulação das instituições de defesa dos trabalhadores e orientação dos movimentos sociais de luta pela terra, tendo a liderança o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), as famílias acampadas se deslocam das terras do Caldeirão para o centro do Crato e para ocupar o Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante, gerando repercussão política ainda maior, pois o local realiza um dos maiores eventos do agronegócio do Nordeste Brasileiro a EXPOCRATO. Estrategicamente a

ocupação no parque se deu pouco tempo antes da realização do evento de tanto interesse para o grande latifúndio.

Apesar das campanhas do sindicato patronal e de boa parte da elite da cidade, a população abraçou a causa, fornecendo-lhes água e alimentos para permanecerem acampados, até chamar a atenção do Governador do Estado, na época, Ciro Ferreira Gomes. Pressionado pela sociedade e imprensa, o Governo autoriza a compra de duas fazendas vizinhas ao Caldeirão para assentar as noventa e seis famílias.

Portanto, o Assentamento 10 de Abril se caracteriza por essa história de luta e conflito pela terra, e ao tentar reviver o Caldeirão, construíram “modos de vida” parecidos com aqueles que anteriormente ocuparam esse espaço na história. Das 96 famílias inicialmente assentadas nos 10 de Abril, cinquenta e seis permaneceram na terra, ocupando uma área de 1.332 ha⁻¹, os demais não resistiram por motivos diversos, tais como, demora do governo em relação às políticas estruturantes, e por ser uma área de difícil acesso. A desistência e a permanência no assentamento devem-se à espera das várias ações governamentais que analisaremos em outro capítulo.

Importante considerar que, qualquer ocupação de espaço por pessoas é passível de desistência chegando a 30% mesmo em zonas urbanas, portanto, essa desistência das famílias é normal dentro daquilo da expectativa criada.

4. OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

A agricultura familiar no Brasil é um segmento produtivo que ainda precisa de melhor apoio do Estado brasileiro para seu fortalecimento. Além de produzir alimentos, esse segmento é evidenciado como produtores de sentidos, cultura e na produção diversificada em pequena escala produz um sentido de preservação ambiental, principalmente quando observamos as vivências dos agricultores enquanto comunidades tradicionais. Para efeito deste estudo e a partir da coleta de dados foi possível conhecer mais quem são os agricultores e agricultoras do Assentamento 10 de abril no Crato – Ceará.

4.1. Perfil dos agricultores e agricultoras entrevistados

Os agricultores assentados descritos nesta pesquisa são homens, mulheres e jovens de 18 a 65 anos, 100% estiveram de algum modo diretamente envolvido com as etapas da constituição do assentamento, desde quando ainda era acampamento, uma etapa inicial nas terras do Caldeirão, na ocupação no parque de exposições da cidade, e finalmente nas terras hoje denominadas de 10 de Abril.

O nível de escolaridade varia desde o ensino fundamental e/ou analfabetismo mais presente nos idosos, como formação técnica superior para alguns jovens, não sendo regra.

Observando que a educação no campo continua sendo um grande desafio para os entes federados como mostra Campos e Oliveira (2012, p. 242), “os povos do campo encontram como principais desafios para a consolidação da educação básica a ampliação da educação infantil, do ensino fundamental e médio para os sujeitos do campo, além da formação continuada”. Os jovens do assentamento 10 de Abril precisam se deslocar para outros distritos para continuar na escola, apesar de uma demanda existente no próprio assentamento.

Ainda sobre Educação, Dozsa & Santos (2007) afirmam que, as ações de educação básica para a cidadania, podem se constituir em uma estratégia de viabilizar a diversificação de atividades no meio rural, e de combater o êxodo juvenil, bem como contribuir com o aumento da renda familiar. Silva e Lima (2012) corroboram com esse pensamento quando afirmam, neste sentido, que é importante repensar o papel que a educação, as universidades e os cursos, principalmente os cursos agrários possuem no atual momento histórico.

No que se refere à ocupação/profissão 100% dos entrevistados, incluindo os jovens se autodenomina de agricultores familiares, o agricultor familiar é conceituado por Neves (2012 p.33) sendo:

A agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos (NEVES, 2012 p.33).

Essa definição ganha conotação política a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, Neves (2012) define:

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado (NEVES, 2012, p. 37).

Portanto, o conceito de agricultor familiar ganha uma conotação mais ampla, do ponto de vista, das políticas públicas, pois agrega também outros segmentos e incorpora atividades não agrícolas. Porém, Neves (2010) cita que, esse agricultor deve atender os critérios da legislação que diz não poder ter mais de quatro módulos fiscais, e deve apoiar-se na mão de obra da própria família para a gestão imediata das atividades.

Os assentados do 10 de Abril estão contemplados na ampla categoria da agricultura familiar por serem assentados de reforma agrária e por apoiar-se na mão de obra familiar sendo que, a maioria das famílias acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como mostra o gráfico 02. Além de outros programas tais como, CREDIAMIGO, arca das letras, PNAE (Programa nacional de alimentação escolar), PAA (programa de aquisição de alimentos), garantia safra, bolsa família, aposentadoria rural, consolidados pela Lei nº 1946, de 28 de Junho de 1996 que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Ao serem perguntados quais políticas os assentados acessam, 90% da amostra analisada é usuário de alguma linha das políticas direcionadas a agricultura familiar, o que nos leva a crer, portanto, que todo campesino é agricultor familiar por está inserido na nessa categoria, como mostra o gráfico 02. E este ganha cada vez mais importância para o país e a comunidade na qual ele está inserido.

Como mostra o MDA (2006), a agricultura familiar é importante para a agropecuária e para a economia brasileira, o cenário, antes de pauperização e fuga do homem do campo, está

sendo mudado e até revertido, mediante as linhas de créditos e investimento no setor, como o PRONAF.

No gráfico 02 que segue apresentamos os programas mais acessados por o grupo de assentados do 10 de Abril.

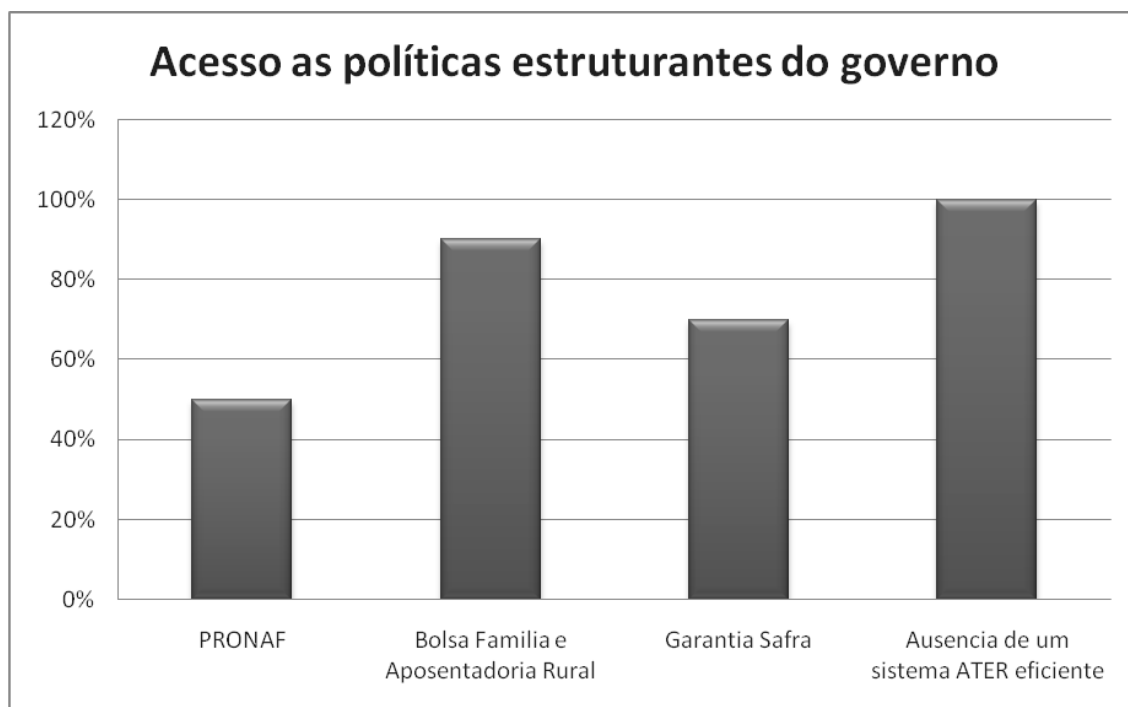


Gráfico: 02 Ana Lúcia 2015.

Como apresenta o Gráfico 02, para ter acessos a esses programas, o agricultor precisa da DAP (Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar) como quesito. Também se organizam em fundos de aval para obter financiamentos de bancos oficiais como o CREDIAMIGO. Além dessas linhas acima citadas, ao serem perguntados se estaria dispostos a ampliar os acessos a outras linhas de crédito, todos responderam que sim, mas, não possuem orientação técnica adequada, quando se trata de orientação técnica adequada, trata-se da presença ineficiente da assistência técnica ofertada pelo estado através da EMATERCE, na qual o técnico vai ao assentando em 1 visita mensal e não atende a parte de campo, visitas as áreas produtivas das família, assim, as mesmas ficam à mercê do conhecimento empírico que é essencial, não contempla os anseios produtivos dos mesmos.

Na categoria de organização e participação a observação importante foi que, todos os membros da família estão inseridos nas ações produtivas da casa e, sobretudo, nas organizações sociais, associação, sindicatos.

Superando assim a questão de igualdade, realçando aqui que a questão de gênero não se

resume, pela simples presença da mulher, mas pelo nível e qualidade da participação delas na sociedade convencional, como cita o entrevistado 1, do sexo masculino, 37 anos e participou da ocupação com os pais, com 13 anos, e tinha como função no período de ocupação cuidar dos outros 10 irmãos.

Levo minha esposa para as reuniões do sindicato e da associação, ela também participa dos dois, acho importante o conhecimento (ENTREVISTADO 1).

Nesse contexto, Farias (2008) destaca que, os assentamentos são experiências inovadoras na gestão econômica e social do território o qual estão inseridos. Por apresentar uma nova roupagem de convivência entre os membros da família e do entorno. Ainda sobre a interação dos diferentes grupos na família no próprio assentamento, enxergamos a dimensão ética como instrumento sustentável da continuidade de um grupo e sucesso do mesmo como cita Pires e Lima (2012):

A dimensão ética passa por várias outras dimensões ao percebermos que também faz parte dessa dimensão o valor da igualdade entre os sujeitos sociais e entre gêneros, do respeito pelas gerações do cuidado com o meio ambiente, de relações econômicas mais justas, de oportunidades de usufruto de bens e serviços para todos (PIRES e LIMA, 2012, p.23).

Como resultado da coleta e análise dos dados, como estão organizados e a intensidade da interação social entre os grupos da mesma família e com o coletivo. 90% dos entrevistados contribui com todas as tarefas da família e do grupo. Passando de geração a geração esse valor de compromisso com o grupo. Como cita a entrevistada 2, 17 anos, mulher, estudante de agropecuária do IFCE (Instituto Federal do Ceará), nasceu no assentamento.

Participo do grupo de jovens para decidir o que é melhorar na comunidade, como organizar bingos para ajudar os que precisam ir às assembleias, ajudo meu pai na construção das cisternas tanto individuais como coletivas (ENTREVISTADA 2).

Verificamos que o resultado do assentamento vinculado ao projeto de reforma agrária trouxe mudanças positivas para essas pessoas. Sobre como era à vida da família antes do assentamento, 100% dos entrevistados eram sem-terra, moradores de grandes fazendas, posseiros, meeiros, arrendatários, mas nenhum detinha terra para produzir, como cita o entrevistado 3, homem, 45 anos, representante da delegacia de base do sindicato e vigilante na escola local a noite, mora no assentamento desde da sua constituição.

A vida antes do assentamento era morador de uma fazenda, a renda era 75% para o proprietário e 25% para a nossa família de 12 irmãos, passamos muita necessidade, quando fomos chamados para a ocupação vimos à única saída para melhorar de vida (ENTREVISTADO 3).

Figura: 01 e 02: Lote pertencente ao entrevistado 1.



Fonte: Itallo Rodrigues 2014.

Lote acima na figura 01 e 02, pertence ao entrevistado 1, o qual planta arroz, cana, alface, pimenta, cebolinha, mandioca, coentro, acerola.

As mudanças mais importantes, citadas pelos agricultores no tocante à produção, são a apropriação da mesma para autoconsumo e a escolha da comercialização direta com os consumidores. Como destaca o entrevistado 1:

Hoje somos os patrões, os donos (ENTREVISTADO1).

Refletindo a importância do assentamento, e esses têm como objetivo a inserção e contribuição para melhorar e libertar a vida das pessoas Leite (1999) afirma que, os projetos de reforma agrária mesmo quando em termos médios apresentam resultados satisfatórios, que assentamentos se revelaram eficazes promotores do desenvolvimento rural.

Analisando a satisfação quanto a produção coletiva e individual de cada família, a entrevistada 6, mulher, idosa, 64 anos mora no assentamento desde da sua concepção cita:

Não tenho lembranças da vida antes do assentamento, é como se minha cabeça apagasse tudo que foi de dificuldade que passei. Passamos muita fome, foi tempos difíceis, hoje temos nossa comida, o que plantamos é nosso (ENTREVISTADA 6).

4.2. A Organização do Assentamento 10 de Abril no Município do Crato - Ceará

Figura: 03 Sede da Associação do Assentamento 10 de Abril



Foto: Itallo Rodrigues, 2014.

O sistema de organização do assentamento para a tomada de decisão é em assembleia geral convocada pela associação do assentamento 10 de Abril, a figura 03 mostra a sede da Associação, nesse local o grupo de assentados reúne-se uma vez por mês para debater as diretrizes do assentamento. Para Xavier (2013), a associação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, na qual vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa dos seus interesses. As associações podem surgir com interesses diversos, mas em sua maioria surge da necessidade de organizar o interesse coletivo em detrimento ao individual.

Para Neves (2008), a proposta de formação de uma associação, pode ser geralmente estranha à prática política dos trabalhadores que almejam a condição de assentados, suscita a reflexão coletiva sob diversos planos.

Ainda segundo Neves (2008), a organização política sob a modalidade associativista, praticamente, visa não só a constituição de uma representação delegada, mas também, como parte desse próprio processo, dotar o assentado de condições de solidariedade e cooperação a

para fazer circular seus produtos. Mesmo em condições de cooperação

Para Lazzarotto (2010):

A organização dos pequenos agricultores em associações quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, entre outras, constitui-se em uma das formas mais viáveis de sustentação das pequenas unidades de produção, pois facilita aos produtores superarem a barreira da indivisibilidade dos fatores-chaves de produção, ao mesmo tempo em que facilita a assistência técnica requerida e melhora o posicionamento nos setores modernos da agricultura (LAZZAROTTO, 2010, p. 2).

Portanto, as pequenas unidades familiares produtivas, quando individualizadas não conseguem manterem-se produtivas, tão pouco com representação política social, que certamente é uma das maiores funções desse grupo organizado. Ao se agregar em associação os agricultores passaram a não mais agir de forma individualizada, e sim usando o coletivo para instrumentalizar suas ações produtivas e políticas.

Assim Neves (2008) afirma:

A valorização da ideologia associativista tende a moralizar as igualdades de condição social ou conceber formalmente a igualdade de direitos, ambas ainda baseadas numa suposta igualdade de chances. Como a integração, no plano dos modos de constituição de cada assentado, ocorre diferencialmente, a análise não pode deixar de compreender este modo de produção de adesão (NEVES, 2008 p. 174).

Neste contexto, Lazzarotto (2010) defende que os agricultores organizados em associações podem melhorar suas relações com outros agricultores, com o mercado e com a comunidade local. Além do que, todos que participam de grupos associativista percebem que há uma maior facilidade de conviver com seus pares.

Quando se tem um trabalho associativo organizado, até quem não participa do quadro social, não importa por qual razão respeita as decisões tomadas no coletivo e se adéqua as regras determinadas pela maioria organizada.

A forma de organização do assentamento é outro elemento fundamental para a construção das relações coletivas dentro do assentamento. A vida no assentamento tem suas regras definidas no colegiado da associação e aprovada em assembleia por todos os assentados, como mostra Lima (2011), as tarefas são divididas em grupos, jovens, mulheres e homens, idosos e todos no assentamento são comprometidos com as áreas individuais e coletivas. A vida no assentamento é disciplinada por um regimento, em que as decisões são discutidas pela diretoria.

Ao analisar a importância das organizações nos assentamentos Xavier (2013, p 27) afirma:

A organização coletiva deve ser trabalhada como princípio e meio para uma melhor convivência social, além de ser um importante facilitador na viabilidade social e econômica nos projetos de reforma agrária. Nesse sentido, a constituição da associação faz-se necessária até mesmo para facilitar o processo de negociação juntos a órgãos, como o Incra, tendo em vista toda a infraestrutura que deverá ser construída na área.

Já Dozsa e Santos (2007) destacam que a identidade se torna importante à medida que para a existência de capital social não basta à organização, é preciso que os participantes reconheçam sua importância, e acima de tudo se sintam membros dele.

Nesse sentido a entrevistada 4, mulher, 62 anos, analfabeta, participou de todos os momentos de constituição do assentamento, comenta:

Acho bonita a cooperação no assentamento, além da agilidade que a associação tem para resolver as coisas, no roçado coletivo todo mundo trabalhando junto, é muito bonito (ENTREVISTADA 4).

Outro ponto exaltado nas entrevistas é a cooperação, como citado acima pela entrevistada 4, e por todos os 10 entrevistados como um ponto forte entre os membros do assentamento.

Ao refletir a fala da agricultora e dialogando com Dozsa e Santos (2007), é notório que um grupo quando se apropria de um espaço e compreende que seu papel é determinante para o êxito do grupo, o mesmo terá o sucesso a longo prazo, ou seja, é uma trilha para a sustentabilidade do mesmo. Sobre apropriação do sentimento coletivo pelo grupo o entrevistado 5, homem, 45 anos, sindicalizado, com ensino médio completo, participou da ocupação inicial do assentamento, casou já como assentado, cita:

Aqui todos aprenderam que o sucesso de um depende dos outros, assim, só assim podemos conseguir as benfeitorias de forma coletiva (ENTREVISTADO 5).

O assentamento, em sua gestão conduz atividades em grupo, como apicultura, pecuária, hortas, mandalas e outras atividades produtivas que configura esse modelo de autonomia, organizativa e de novas formas de ocupar o espaço agrário. Compreendemos que o assentamento 10 de Abril conduz a sua gestão na perspectiva da sustentabilidade que para Gomes (2004) esta é observada quando consegue manter os recursos naturais, ter interação homem – natureza, elevar a qualidade de vida e interação social e participar da comunidade.

Um grupo mantém seu interesse coletivo preservado quando alguns pontos de interesses comuns são objetivos a serem alcançados, como a melhoria e mudança da realidade e o principal deles, se manter que é o laço mais forte de um grupo organizado.

Sobre os objetivos comuns no grupo dos assentados a entrevistada 7, mulher, 34 anos secretaria geral da associação, com formação superior e especialização diz:

Todos são conscientes da importância do grupo, mesmo quem não se envolve sabe que as benfeitorias só vêm se a associação estiver respaldada por todos (ENTREVISTADA 7).

Sobre viabilidade das associações está diretamente relacionada com seus membros, a participação, o envolvimento, a cobrança mútua e o mais importante a tomada de consciência da saída do individual para o coletivo, esse continua sendo um desafio para todos.

Lazzarotto (2010), diz que a participação dos membros na gestão de uma associação também representa um aspecto de fundamental importância, sem esse envolvimento um grupo não consegue se manter frente ao meio.

Nesse aspecto o Assentamento 10 de Abril, através do seu modelo de organização tem conseguido ao longo dos anos se manter coeso, talvez essa união via associação e o compromisso com o coletivo tenham suas origens, nas dificuldades passadas por cada um, em suas trajetórias, até a vida no assentamento, como relata o entrevistado 8, homem, jovem, 25 anos, tem moto e ajuda a mãe viúva na condução dos trabalhos:

Fazemos questão de manter algumas atividades coletivas, como rebanho de gado, a ovinocaprinocultura e apicultura, para não perder o que foi iniciado na criação do assentamento (ENTREVISTADO 8).

Existe uma apropriação do sentimento de união e respeito ao grupo mesmo em sua heterogeneidade, outro aspecto destacado pelo grupo é a não subordinação a atravessadores na comercialização dos produtos, a associação enquanto pessoa jurídica trata diretamente com os possíveis consumidores, instrumentaliza a marca coletiva da produção e cria laços com o ciclo de relações no local que está inserido.

É importante ressaltar que esse modelo de gestão está sendo conduzido a 20 anos, poderia ser considerado exitoso? Os entrevistados afirmam que existe uma continuidade das ações do grupo a longo prazo, esse é o caminho da sustentabilidade.

4.3 A produção do Assentamento 10 de Abril

Partindo desse pressuposto do trabalho coletivo, tendo como base a família e a inserção da comunidade local, os agricultores familiares do assentamento 10 de Abril fizeram uma escolha diante o modelo de exploração do espaço agrário brasileiro, a ousadia diante dos meios de uso e ocupação do solo e da produção.

A agroecologia, modelo de produção adotado pelas famílias do assentamento, tem sido fundamental para a sustentabilidade produtiva do assentamento, para Altieri (2002, p. 27), a agroecologia é vista como:

As relações ecológicas no campo e seu objetivo é compreender a forma, dinâmica e função destas relações. Em alguns trabalhos agroecológicos está implícita a ideia através da compreensão deste processos e relações com os agroecossistemas podem ser manejados para produzir melhor, com menos impactos ambientais e sociais negativos, com maior sustentabilidade e com menor uso de insumos externos.

Entende-se, assim, que o sistema produtivo adotado pelo assentamento garante diversidade produtiva, uso de pouca tecnologia externa, a qualidade ambiental e o uso correto dos recursos naturais envolvidos no processo produtivo. Altieri (2002) afirma que, a agroecologia adapta-se bem às questões tecnológicas que demandam práticas agrícolas mais equilibradas em relação ao ambiente e frequentemente está de acordo com as perspectivas filosóficas do desenvolvimento ambiental e participativo.

Para Lima e Pires (2010), a necessidade emergente de criar novas alternativas ao atual modelo gerou outros pensamentos e iniciativas que buscam contrapor-se a sua lógica e forma de atuação.

Ao criar essa alternativa frente ao processo tradicional de produção, os assentados optaram pelo viés da Agroecologia, para Caporal (2007), a agricultura não é somente como uma atividade de natureza ecológica biológica, mas também como uma prática sociocultural e econômica. Ainda segundo Caporal:

Com efeitos, podem ser encontradas muitas definições de agricultura sustentável, variando dessas formulações bastante simples até aquelas de elaboração mais complexa. Para ele, a sustentabilidade no contexto da agricultura se refere basicamente a capacidade de seguir sendo produtivo, e de ao mesmo tempo, manter a base dos recursos (CAPORAL, 2007, p.36). .

É dessa forma que os assentados tocam sua produção a mais de 20 anos, o não uso do veneno, proibido em assembleia geral da associação, assim como a proibição do uso das

queimadas para não comprometer a riqueza e a biodiversidade existente.

Ao serem perguntados sobre o não uso de agrotóxicos e proibição das queimadas 100% dos entrevistados acham importante essa determinação do grupo, por ter acesso a alimentos mais saudáveis, não agredir o meio ambiente e conseguir manter os lotes produtivos ao longo dos anos.

Com essa tomada de consciência o grupo de assentados atinge uma das dimensões da agroecologia citada por Pires e Lima (2012), o qual diz que a dimensão social da sustentabilidade reside no entendimento do ser humano enquanto sujeito social, de onde emanam necessidades, desejos e conhecimentos.

Ao optar pela produção agroecológica, o assentamento transita no caminho da sustentabilidade como cita Caporal (2007), a sustentabilidade supõe relações muito mais complexas ao incorporar plenamente a problemática relação entre a sociedade e a natureza.

Para Caporal (2007):

Comum dos sistemas alternativos com base ecológica é a maior diversidade de cultivos, uso de rotações com leguminosas, a integração da produção animal e vegetal, a reciclagem e o uso de resíduos agrícolas e o uso reduzido de agroquímicos sintéticos. É o incremento na biodiversidade agrícola, não obstante o que constitui o elemento chave para o desenho e manejo de sistemas agrícolas, a fim de promover uma variedade de processos de renovação ecossistêmica e prover serviços ecológicos que potencializam as metas de uma produção sustentável (CAPORAL, 2007, p. 47).

O assentamento 10 de Abril possui esse perfil da diversidade produtiva com base ecológica onde preconiza o não uso de práticas de uso intensivo do mesmo espaço produtivo, permitindo a recomposição, regeneração da biota.

E em termos de desenvolvimento sustentável vale lembrar o que diz Milanez (2003), ressalta ao indicar que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades e as aspirações humanas e que elas são determinadas social e culturalmente.

Os assentados passaram por essa transição do uso do convencional para a produção de base agroecológica, priorizando a diversidade produtiva de cultivares diferentes, como mostra as figuras a seguir. O ideal de sustentabilidade está presente em todas as opções e ações produtivas e colocadas no assentamento.

Figura 04 e 05: Áreas produtivas do assentamento



Foto: Itallo Rodrigues

No assentamento são produzidas mais de 20 espécies diferentes pelos agricultores, além dos mesmos manterem no trabalho coletivo a bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura e apicultura. Esses cultivos são mantidos a mais de 20 anos pelos assentados, utilizando as práticas conservacionistas de cultivo do solo, conseguem manter ao longo dos anos a área produzindo de forma satisfatória. Alguns cultivos são irrigados, como o arroz e as hortas, utilizando o sistema de irrigação por gotejamento, para muitos técnicos o mais recomendado por economia de água, sobre os cultivos a entrevistada 9, mulher, ensino fundamental, 42 anos, mãe de 4 filhos, trabalha nas hortas e na apicultura coletiva diz:

Quase todo mundo faz tudo, não existe atividade de homem e mulher, todos cuidam daquilo que cabe a responsabilidade (ENTREVISTADA 9).

Vale salientar que a agroecologia não é uma saída mágica para os assentamentos rurais, mas é um norte para se buscar um caminho longo na trilha da sustentabilidade, de fazer o bom uso dos recursos disponíveis e garantir a produção ao longo dos anos, pois a mesma é capaz de manter as interações ecológicas de um modo que a agricultura convencional nunca conseguiu.

Em suas reflexões Carmo e Pinto (2008) contemplam alguns conceitos chaves como a co-evolução, o potencial endógeno e a participação, estes conceitos, dois estão bem presentes no dia a dia do assentamento, o potencial enxergado por eles por através da associação conduzir a dinâmica do assentamento de dentro para fora, e a participação intensa em todos os segmentos

do assentamento. Para corroborar com essa análise dos 10 entrevistados, 100% são associados ativos na organização social do assentamento.

Para Carmo e Pinto (2008, p. 249):

É o sentimento de localidade que aflora mais um pilar da Agroecologia, que é o potencial endógeno local, como contraponto importante à dimensão global. Cada comunidade é um espaço peculiar, específico e diferenciado tanto no que se refere aos recursos naturais disponíveis, quanto às ações socioculturais das pessoas ali viventes (CARMO E PINTO, 2008 p. 249).

A agroecologia além de ser um modo de produção sustentável, tem uma peculiaridade em especial, a de levar em conta o sentimento do agricultor. Fazendo-o sentir-se parte do processo, bem como, valorizando o espaço produtivo, o trabalho e a vida naquela localidade, além das interações com os outros grupos produtivos, jovens, mulheres para repassar esses modos de conviver com a agricultura.

A agroecologia tem potencialidades de ser um instrumento do desenvolvimento rural, é possível aliar a produção diversificada, integrada com o agroecossistema e manter os níveis de produtividade numa escala satisfatória. No assentamento 10 de Abril, os agricultores tem mantido a integração desses elos, tecnologia, participação, interação com o meio e diversidade produtiva vem sendo desenvolvido pelas famílias ao longo desses anos com sustentabilidade e suas dimensões, ambiental, econômica, social, cultural e política, com garantia econômica para as famílias assentadas.

Contudo, Silva (2009 p. 68), a Agroecologia pode ser vista também:

Agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. Trata-se do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos (PIRES e LIMA, 2012, p. 17).

4.4 Caminhos da Produção Agroecológica do Assentamento 10 de Abril

A produção oriunda das famílias do assentamento tem dois destinos, uma o autoconsumo, o qual eles julgam mais importante e função determinante para as famílias assentadas. Ao serem perguntados sobre qual a maior conquista no assentamento, 100% dos entrevistados citaram o acesso a alimentação como sendo a principal conquista, vale salientar que essas famílias viviam em estado de vulnerabilidade social, com restrições alimentar anteriormente a chegada ao assentamento. Como lembra o entrevistado 10, idoso, 65 anos, participou de todas as etapas de consolidação do assentamento diz:

A maior parte dos assentados aqui minha filha passou fome, trabalhava no alheio, a produção não era nossa, ficava com pouco e o pouco não dava para comer o ano todo, sem falar nas humilhações de donos de gado botar pra comer as plantações, hoje temos o que comer (ENTREVISTADO 10).

O excedente é comercializado de várias formas, parte vai para o PAA/PNAE (Programa de Aquisição e Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar), parte é comercializada diretamente nas feiras de agroecológicas que ocorre todos os dias em diversas regiões da cidade, incluindo distritos, contribuindo assim para o desenvolvimento local e movimento a economia. A renda das famílias varia de 01 a 03 salários mínimos, e a maioria dos assentados dispõe de carro e/ou motocicleta para se deslocar. Além, desse mercado citado, os assentados mantêm um rebanho considerável de bovinos para produção de leite para o autoconsumo, e para abater nos eventos festivos da comunidade.

Ao ser perguntado sobre os benefícios/vantagens do uso da agroecologia na produção, 100% dos entrevistados citou saúde como fator mais importante juntamente com o compromisso com o meio ambiente.

Assim, Caporal (2007) diz, a agricultura sustentável deve ter como meta elevar não somente a produtividade e as rendas médias, mas também a produtividade e as rendas médias daqueles que são pobres em recursos, pondo assim em evidência a necessidade de considerar a equidade como parte das questões ambientais.

Assim, ao refletir sobre os caminhos da produção e organização percorrido pelos assentados ao longo desses mais de 20 anos e dialogando com o a teoria defendida por Caporal (2007) na qual ele cita que a sustentabilidade no contexto da agricultura se refere basicamente a capacidade de seguir sendo produtivo e de ao mesmo tempo, manter a base dos recursos. A partir das observações diretas averiguamos que os assentados estão trilhando o caminho da

agricultura sustentável, ou sustentabilidade mediante a persistência da produção e produtividade no espaço produtivo ocupado por eles, ao longo dos anos.

Assim, o assentamento 10 de Abril ao se manter produtivo ao longo desses anos, e grupo organizativo conseguir manter a base dos recursos, seja hídricos, fauna, flora, solo e os recursos humanos de forma harmoniosa é visível os caminhos da sustentabilidade presente, que atinge com a manutenção dos recursos utilizados ao longo dos anos. Sobre o modo de condução dos trabalhos para não exaurir os recursos a entrevistada 6, mulher, idosa 64 anos, analfabeta, viúva, é assentada desde o início das ocupações cita:

O fato de o grupo ter não queimar, não usar veneno, não poder cortar as árvores sem precisão tem ajudado a manter as águas no longo dos anos (ENTREVISTADA 6).

Os atores sociais agroecológicos colocam em prática um novo tipo de movimento coletivo, o do sonho possível o da produção, produtividade em plena interação com os recursos disponíveis sem esgotá-los.

4.5 A Assistência Técnica e Extensão Rural no Assentamento 10 de Abril

Todavia, um dos elementos fundamentais para trilhar esse caminho de se manter produtivo e aumentar a produtividade ao longo dos anos, parece distante de ser alcançado pelos assentados que é a assistência técnica.

Ao ser perguntado qual a maior dificuldade encontrada no aumento da produção e diversificação da mesma, 100% dos entrevistados citou a assistência técnica. O sistema de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que atende o assentamento é da EMATERCE. Empresa de assistência técnica do governo do estado. O entrevistado 3 cita:

A assistência técnica é muito lenta, e muitos assentados já perderam programas que beneficia os agricultores por conta da ausência de técnicos na área do assentamento, e acrescenta, aqui tem 01 técnico para atender todas as famílias, e passa uma vez por mês, nunca visita as áreas cultivadas (ENTREVISTADO 3).

Assim, o extensionista continua com as mesmas práticas já conhecidas e sem trazer resultados satisfatórios, para Caporal (2007) é uma visão de que a herança deixada, de que a Extensão Rural sempre tem uma solução pontual para cada problema identificado, tem gerado nos extensionista, uma sensação de impotência, em especial, aqueles que vão além do seu referencial teórico.

A extensão rural caracterizou-se pela identificação e delimitação de tarefas dentro de uma perspectiva extremamente reducionista (MUNIZ, 1999, p.56). Da mesma forma, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) vem passando por profundas transformações em suas práticas e metodologias no enfrentamento dos desafios contemporâneos. A extensão rural caracterizou-se pela identificação e delimitação de tarefas dentro de uma perspectiva extremamente reducionista

Para Muniz, a extensão rural:

Deve ser decorrente de novas concepções que se apresentam sobre a ciência e a tecnologia, sobre as instituições e a gestão dos recursos comuns, a pesquisa tecnológica, a reflexividade coletiva e a propensão em tratar as questões na sociedade agrária como riscos coletivos e não como questão de ordem (MUNIZ, 2003, p.6).

Desta forma, este novo extensionista é incentivado e desafiado a ser agente de ensino, pesquisa e extensão e não mais divulgador/disseminador de tecnologias modernas. Neste contexto, mesmo propondo ser inovadora e atender aos conceitos de sustentabilidade e às necessidades dos seus beneficiários, algumas críticas têm sido apontadas a atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do país como aborda Caporal e Ramos (2006):

O que se tem observado é que as normas, regras e formas institucionais e de poder não estão sendo alteradas, pelo menos na maioria dos casos. Por conseguinte, mesmo quando se observa uma mudança no „discurso oficial“, essa mudança não se materializa na prática da gestão, nem na ação de ATER junto aos agricultores (CAPORAL e RAMOS, 2006, p. 21).

Esse modelo difusionista de ATER permeou o método adotado por extensionistas mesmo sem um retorno social e econômico. Entender o desenvolvimento a esses moldes é compreender a diferença produtiva entre o grande e o pequeno, entre acesso a um desenvolvimento mesmo in-sustentável e os modelos alternativos de produção.

Pires e Lima (2012, p. 17):

Os pensamentos e as práticas que dominaram a extensão rural, embora ainda seja hegemônico, contribuíram de forma significativa para o ideário construído sobre o meio rural e, sobretudo, acerca dos sujeitos que compõe, suas expressões, comportamento, costumes, formas de viver, pensar e se relacionar. Essa trajetória extensionista quis transformar o meio rural num espaço sem vida própria, dependente e atrasado.

Refletindo Pires e Lima (2012), esse modelo de extensão ainda vigente transformou o meio rural no espaço vazio, pois não atende as peculiaridades de cada unidade familiar, não

insere nas suas ações metodologias que visem contemplar os tipos de agriculturas no meio rural, em especial os agricultores agroecólogos.

Outro ponto relevante que esse modelo de assistência técnica não incluiu na pauta de ações educação do campo pensada de acordo com as particularidades que esse setor pede. Esses segmentos sendo excluídos impossibilita a construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável.

Assim como, faz necessário uma ATER mais sensível para áreas de contextos históricos como os assentamentos rurais, as escolhas de produção e condução da mesma, por se tratar de uma nova orientação da SAF (Secretaria de Agricultura Familiar), preconizada no Decreto Federal 4.739, de 13 de Junho de 2003. Que preconiza, uma política de ATER que atenda os anseios da sociedade, e em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar capaz de consolidar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Contudo, fica evidente pela demanda apresentada e não atendida pelos assentados que o serviço de ATER sempre foi, e é insuficiente para atender a agricultura familiar e os demais povos que vivem no meio rural nas mais diversas atividades.

Assim, o grupo produtivo, organizado como o assentamento 10 de Abril só ampliará suas ações endógenas com uma maior atenção do sistema de ATER nesse espaço rural. Acreditamos ainda que além da ATER, outras políticas públicas que atendam às outras necessidades associadas a demandas como saúde ou sistema de educação coerente com as histórias de luta e da cultura dos agricultores e agricultoras do assentamento.

5. CONCLUSÃO

Na escolha do objeto de pesquisa estava a pretensão de contribuir com dados relacionados com a construção de sociedades mais justas e democráticas e neste aspecto acreditamos que isso passa pela melhor resolução da questão da posse e uso da terra no caso brasileiro. Nestes aspectos nossos resultados estariam pautados a partir do que foi proposto no objetivo de fomentar as discussões acerca da importância dos assentamentos rurais. Do apoio a esses grupos produtivos a partir de um ideal de sustentabilidade baseado nas ideias da agroecologia, sem, no entanto, deixar de lado a consideração da relevância da Extensão Rural para o apoio e o alcance desses objetivos nesse segmento produtivo.

Nesse contexto, buscamos responder a seguinte reflexão: Como o Assentamento 10 de Abril tem trabalhado a organização e um o ideal de sustentabilidade? No objetivo geral do trabalho estava a pretensão de analisar a organização e a sustentabilidade no assentamento 10 de Abril no Município do Crato- Ceará. Nos objetivos específicos estava a necessidade de identificar os elementos da organização no assentamento 10 de Abril por grupos e de forma individual; Identificar os elementos de sustentabilidade considerando o meio ambiente como fator de produção a partir dos princípios da agroecologia e também analisar se e de que forma a assistência técnica e extensão rural tem contribuído para a organização produtiva com ênfase na sustentabilidade do assentamento.

Ao analisar os assuntos mencionados na pesquisa, tornou-se possível identificar que o assentamento 10 de Abril no Município do Crato - Ceará tem vivenciado experiências de organização, modos coletivos de produção e passos para um caminho possível da sustentabilidade, além de desafios cotidianos na assistência técnica ainda deficitária.

O nosso estudo ficou centralizado em um grupo de dez agricultores familiares do assentamento 10 de Abril, tendo como norte da investigação a organização da produção e a sustentabilidade. Nesse aspecto buscou-se compreender como essas organizações associativas são determinantes para sucesso ou insucesso de um grupo.

Assim, quando se trata da organização, constatamos pelos depoimentos que os elementos da organização começam pelos desafios das pessoas a juntar-se a um coletivo. Os desafios são maiores por se levar em conta grupos muito heterogêneos, de origens diversas, assim neste trabalho deu-se destaque os moldes como o assentamento tem se organizado ao longo desses mais de 20 anos, identificou-se, ainda, como a organização tem sido determinante na consolidação desse espaço agrário.

Neste aspecto analisado, ao ser perguntado como era à vida antes do assentamento e da associação, 100% dos entrevistados sentem-se contemplados com as ações coletivas e as conquistas atribuídas a essa sistemática adotada no assentamento. Foi evidenciado também por parte dos assentados uma maior facilidade de diálogo com outros espaços produtivos do setor agrário, como negociação para feiras e trocas de produtos no comércio local através da organização formal. Evidenciando as formas associativas para os contatos também com outras associações e cooperativas, numa concepção bem vinda de formação de redes e isso propicia conquistas sociais importantes. Representados no coletivo viabilizam a conquista de espaços de representação social do assentamento com a política local, como prefeitura, poder legislativo local no tocante a ações estruturantes, tais como, melhorias nas vias de acesso, negociação dos produtos do assentamento na rede municipal de educação via associação, apoio dos órgãos públicos e ONG'S na estruturação e logística das feiras agroecológicas e barracas para dispor os produtos. Também para além das negociações por canal direto dos representantes dos assentamentos com os órgãos que trabalham com as políticas públicas destinadas às áreas de reforma agrária e acessos a outras políticas públicas.

Outro aspecto realçado, pelos assentados partícipes do grupo da associação é que houve um empoderamento dos assentados no que se refere à importância do coletivo em detrimento ao individual, pela compreensão que no individual o assentamento seria mais uma área de reforma agrária isolada da dinâmica produtiva do local o qual estão inseridos. Outro destaque relevante é que na compreensão dos entrevistados não há melhoria sem a união dos mesmos.

Contudo, pode-se confirmar a tese de que o caminho trilhado pelo assentamento nesses mais de 20 anos, parte do êxito, deve-se à noção de grupo adotada pelos membros da associação e empoderamento de todos os assentados, onde se aceita as orientações do coletivo em detrimento ao individual.

Assim, foi constatado elementos essenciais para a consolidação de um grupo tais como, aceitação do coletivo, nas decisões, porém com discordância, sendo que a decisão da maioria é o que vale para as ações desempenhadas dentro do assentamento, noção que se trata de um espaço conquistado por todos, logo tudo é de todos, ajuda mútua entre os pares, e autocobrança na participação efetiva dos membros nas ações desempenhadas na coletividade.

Sobre os elementos de sustentabilidade considerando o meio ambiente como fator de produção tendo como base a agroecológica e na busca de um sonho ideal de sustentabilidade, pode-se afirmar, que ao ser decidido pelo grupo a adoção da agroecologia como orientação para exploração agrícola, considerando que a mesma não é apenas um modo de plantio, mas que envolve várias dimensões, ambiental, social, cultural, econômica, política e ética, o

assentamento possui inúmeros elementos que corroboram com a dinâmica da sustentabilidade, partindo do pressuposto que só é sustentável no que diz respeito à agricultura quando os espaços produtivos se mantêm operando de forma satisfatória por um longo horizonte de tempo.

Assim, afirma-se que os espaços estão sendo produtivos a mais de 20 anos, sem comprometer sua capacidade de regeneração nem exaurir recursos [naturais](#), nesse caso específico, recursos ambientais valiosos. Parte dessa conservação dos recursos dar-se à devido a diversidade produtiva adotada pelos assentados, contribuindo assim para a prática da agricultura de base ecológica em harmonia com o meio que está inserida. O uso dos recursos sem exauri-los é visível nas atividades produtivas desempenhadas atualmente no assentamento produzindo de forma satisfatória.

No tocante a extensão rural, percebe-se que esta, continua longe de cumprir com sua função que é melhorar a produção e produtividade das unidades produtivas da agricultura familiar, que a busca por uma PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) que atenda as demandas da agricultura familiar com foco no desenvolvimento rural sustentável ainda não conseguiu satisfazer as necessidades dos agricultores familiares.

Realçamos que no final desta pesquisa reafirmamos que no contexto da reforma agrária as necessidades de recursos são importantes para consolidação deste projeto social. Neste aspecto está a demanda sempre constante por políticas públicas em vários setores além da agricultura, como para saúde, acesso a crédito, condições de habitação e para a educação nos assentamentos entre outras necessidades. A necessidade veemente e muito importante é da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, adequada ao contexto da agricultura familiar segmento muito importante para o desenvolvimento do brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. AGROECOLOGIA. **Bases científicas para uma agricultura Sustentável**. Ed. Agropecuária: Guaíba, 2002. 27, p.

BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível:<
<http://site.mda.gov.br>>. Acesso em: 25 de Ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Normativa Incra nº 15, de 30 de março de 2004**. Diário Oficial da União, nº 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia e Extensão Rural. **Contribuições Para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília - 2007, 36 p.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: IDAM, 2006, p.21.

CARVALHO, Horário Martins. COSTA, Francisco de Assis. Dicionário da Educação do Campo. **Agricultura Camponesa**. Expressão Popular. São Paulo. 2012.

CAMPOS, Marília. OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. Dicionário da Educação do Campo. **Educação Básica do Campo**. Expressão Popular. São Paulo. 2012, 242 p.

CARMO, Maristela Simões. PINTO, Mauro Sérgio Vianello. COMITRE,Valeria. . Reforma Agrária e Desenvolvimento, Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais. **Estratégias Agroecológicas de Intervenção em Assentamentos Humanos: Extensão Para Um Rural Sustentável**. NEAD, Brasília. 2008, 249 p.

DOZSA, Denys. SANTOS, Tauk. **Extensão Rural e Desenvolvimento Local**. Recife. 2007, 36-84 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**, 1999. Disponível em < <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm> >. Acesso em: 30 de Ago. 2014.

FARIAS, Maria de Fátima Lomba de. Reforma Agrária e Desenvolvimento, Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais. **O Cotidiano dos Assentamentos de Reforma Agrária: Entre o Vivido e o Concebido**. NEAD, Brasília. 2008.

FUNCEME: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Disponível em:< <http://www.ceara.gov.br/?secretaria=FUNCEME&endereco=http://www.funceme.br/> . Acesso em: 05 de Set. de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, I. Sustentabilidade Social e Ambiental na Agricultura Familiar, Revista de Biologia e Ciências da terra, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>>. Acesso em: 28 de Jul. 2014.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em <: <http://reforma-agraria-no-brasil.info/historia-da-reforma-agraria.html> > Acesso em: 30 de Ago. 2015.

IPCE: **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará**: Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: 27 Agos. 2014.

JUNIOR Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 35ª edição. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 32- 33 p.

LIMA. Cícero Erivaldo. **O PRONAF no assentamento 10 de abril**. Crato, UFC, 2011,12- 47 p.

LAVILLE, Cristian. DIONNE, Jean. A Construção do Saber: **Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LAZZAROTTO, J. J. O associativismo rural e a sua viabilização: **estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR)**. Anais do XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Florianópolis: Anpad, 2010, p 2.

LEITE, Sergio Pereira: Dicionário da Educação do Campo. **Assentamento Rural**. Expressão Popular, 2012.108 p.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2008.

MARTINS, José de Souza Martins. **Reforma Agrária o Impossível Diálogo**. São Paulo. Edusp. 2004, 90 p.

MENDONÇA, Sônia Regina. A Questão Agrária no Brasil: **A classe dominante agrária-natureza e comportamento**. 1964- 1990. STEDILE, J.P (org). S. Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1999.

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento Sustentável**. In Cattani, A. David. (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. P. 205-211.

MOTTA, Márcia. ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Unesp. São Paulo. 2008, 18 p.

MUNIZ, J.N. A extensão rural em tempos de mudança. **In Informe agropecuário**, v. 20 n. 56. 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Dicionário da educação do campo. **Agricultura Familiar**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 37 p.

PIRES, Alexandre Henrique Bezerra. LIMA, Irenilda de Souza. Extensão Rural e o Desenvolvimento Local. **Uma proposta metodológica para a relação com a prática**. Recife: EDFRPE. 2012, p. 23.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. NERA, São Paulo, n.1. 1998, 59-72 p.

RAMIREZ, Glaucia Miranda. SOUZA, Vanilde Ferreira. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A organização do espaço produtivo no assentamento Sumaré I**. Campinas: UNICAMP, 2004.

SILVA, José Graziano. **O que é a Questão Agrária**. 1ª Ed. Brasiliense. São Paulo 1981, P. 05-12.

SABOURIN, Eric. Dispositivos **Coletivos de Apoio a Produção e Dinâmicas Territoriais**. Campina Grande: RAIZES. 2009.

SAUER, Sérgio. Articulações em Defesa da Reforma Agrária. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, São Paulo. 2012, p. 106.

SAUER, Sérgio. SOUZA, Marcos Rogério. Reforma Agrária e Desenvolvimento, Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais. **Movimentos Sociais na Luta Pela Terra: Conflitos no Campo e Disputas Políticas**. NEAD, Brasília. 2008, 53 p.

SILVA, José Graziano. **O que é a Questão Agrária**. 1ª Ed. Brasiliense. São Paulo 1981, P. 05-12.

SILVA, Judson Jorge da. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do Sonho à Devastação, Onde Tudo se (Re)Constroi: Experiências e Memórias nas Lutas por Terra da Região do Cariri-CE**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 12, nº. Jan.-jun./2009, 129, p.

SILVA, Filipe Lima. LIMA, Irenilda de Souza. Extensão Rural e o Desenvolvimento Local. Uma proposta metodológica para a relação com a prática. **Os Caminhos Cruzados da Extensão Rural e da Assessoria Jurídica no empoderamento dos Agricultores Familiares Brasileiros**. Recife: EDFRPE. 2012.

WELCH. Clifford Andrew. Dicionário da Educação do Campo. **Conflitos no Campo**. Expressão Popular. São Paulo. 2012, 141 p.

STEDILE, João Pedro. Dicionário da Educação do Campo. **A questão agrária**. Expressão Popular. São Paulo. 2012, 639- 640, p.

XAVIER. Álvaro Antônio. **Papel da Organização Social e Ambiental no Assentamentos Rurais**. Espaço do Produtor. UFV. 2013, p 1-3.

SZMRECSANYI, Tamás. Introdução ao Debate. Ciclo de Debates. **A questão Agrária no Brasil: Perspectivas Históricas e Configuração Atual**. INCRA. 2005, P. 12.

